



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 22 DE JUNHO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Boa noite a todas e todos.

Vamos dar início a nossa atividade, a esta audiência pública na Câmara Municipal, um evento inédito na Câmara, porque é uma audiência pública da Comissão de Educação da Câmara Municipal para tratar da EJA.

Eu fiz esse requerimento e nós temos a presença da professora e Deputada Federal Luciene Cavalcante, membro da Comissão de Educação da Câmara Federal, que aprovou um requerimento na Câmara Federal para que essa audiência fosse feita. Então, é uma audiência pública conjunta da Câmara Municipal de São Paulo e da Câmara Federal.

Vamos dar início aos trabalhos, que estão sendo transmitidos pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo e pela Câmara Federal. Darei início aos ritos formais, presidindo a Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Declaro abertos os trabalhos dessa audiência pública convocada para debater a situação da educação de jovens e adultos na cidade de São Paulo. Informo que a reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link “Auditórios On-line” e pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para pronunciamento remoto foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas. Informo que as inscrições para os pronunciamentos presenciais estão abertas junto à Secretaria da Comissão. Informo também que a Presidente da Comissão de Educação, Vereadora Edir Sales, está impossibilitada de estar presidindo essa audiência pública por estar em outro compromisso simultâneo com essa audiência pública, então, por não poder estar presente, eu vou presidir essa audiência pelo lado da Câmara Municipal.

Eu passo já de imediato a palavra para a Deputada Federal e professora Luciene Cavalcante, para fazer a abertura oficial através da Câmara Federal, depois vamos para os encaminhamentos, para a formação da Mesa, para os informes das escolas que estão chegando também.

Tem a palavra a nossa professora e Deputada Federal, Luciene Cavalcante.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Boa noite. Muito obrigada, Celso.

Também declaro aberta essa audiência pública, que está sendo realizada em conjunto da Câmara Federal, Comissão de Educação da Câmara Federal com a Câmara Municipal da cidade de São Paulo.

É uma noite extremamente importante, porque trazemos toda a estrutura da Câmara Federal para aqui, o foco e o olhar na cidade de São Paulo, nas políticas municipais da cidade de São Paulo, com o intuito de a gente avançar na garantia das políticas de acesso à educação de jovens, adultos e idosos e na permanência desses estudantes, que tem uma especificidade, que tem demandas que são urgentes.

A gente passa por um período de controle maior da pandemia, mas a pandemia deixou marcas muito profundas e é nesse momento, em que a gente rediscute a reconstrução do nosso país, que não podemos esmorecer na luta em defesa da educação de jovens, adultos e idosos, que tem um enorme contingente de evasão. Estudantes que foram obrigados a deixar a escola, a educação, durante a pandemia, e que até agora não conseguiram retornar e, ao mesmo tempo, temos e percebemos em São Paulo, muitas vezes, uma política que não cria condições de permanência dos que já conseguiram voltar para educação de jovens, adultos e idosos. As demandas são históricas, mas se agravam nesse momento.

A cidade de São Paulo, com o orçamento recorde de bilhões em caixa, tem todas as condições de colocar em prática o projeto; a política da Bolsa EJA para fortalecer, tanto aqueles que ainda não conseguiram condições de retornar, quanto aqueles que já estão no sistema, para que possam ter um subsídio para poder cuidar do seu vestuário, do seu material, da sua condição de saúde, transporte. Também a demanda que temos lutado para que tenham duas refeições na EJA, que é uma demanda também dos estudantes que passam o dia inteiro fora.

A questão do aumento e ampliação das linhas de ônibus no horário das 23h, que é o horário que os estudantes estão saindo das escolas, e o mais pungente: a questão do planejamento das turmas, porque percebemos esse sistema de escolas polo de atendimento com fechamento de turmas superlotando as turmas, sabendo que a gente vem de um momento

muito difícil da pandemia, que precisamos de uma política focada com material didático próprio para recuperação de aprendizagem.

Então, percebemos essa estrutura de escolas polo que na verdade afastam ainda mais os nossos estudantes, porque quem é da quebrada, quem é da periferia – eu sou nascida em Pirituba, sempre andei por ali, estudei a minha vida toda ali – então a gente sabe o que significam dois quilômetros a mais numa noite que você vai ter que andar sozinho.

São várias as demandas e outras. Vai ser um momento muito importante para podermos ouvir com a Câmara Federal, o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, que são os garantidores do direito à educação, lembrando do nosso grande patrono da educação, Paulo Freire, que sempre dizia que a questão do analfabetismo, da exclusão dos nossos estudantes do sistema de ensino, não é simplesmente uma erva daninha que tem que ser extirpada. Ela é a concretude da desigualdade, da injustiça social que vivemos e estamos aqui para reescrever a nossa história enquanto nação, enquanto país. Vamos aproveitar bastante esse momento e que a gente saia daqui com encaminhamentos sólidos.

Quero dar logo uma boa notícia. Hoje, pela manhã, eu estava em Brasília e conseguimos – com muita dificuldade, porque é muito disputado – uma audiência com o Presidente do Tribunal de Contas da União e o Presidente nos recebeu. Nós fomos levar todas as nossas, temos várias representações tramitando no Tribunal de Contas da União, mas exatamente fomos falar com o Presidente dessa necessidade dos órgãos de controle e acompanhamento do dinheiro público, que precisamos fazer um esforço maior quando falamos da educação. Precisamos da parceria desses Tribunais que cuidam dos recursos, porque os recursos saem do Governo Federal, chegam até o município, e, muitas vezes, nas escolas os estudantes e os profissionais da educação não percebem essa estrutura.

Então fomos fazer essa primeiro diálogo, abrir as portas do nosso mandato para o Tribunal de Contas da União, já temos uma agenda de trabalho e vamos focar para que a educação de jovens, adultos e idosos tenha um estudo específico lá no Tribunal de Contas da União, fato que ainda não tem, mas que agora, com certeza, vamos avançar nas políticas

públicas, na transparência dos recursos e nas possibilidades de a gente cobrar aquilo que é um direito nosso, que é o direito mais importante social: o direito à educação.

Então, vamos ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado, nossa Deputada Federal, Luciene Cavalcante.

Eu gostaria de anunciar as escolas que estarão conosco nesta audiência pública. Infelizmente, vivemos na cidade de São Paulo, com esse trânsito que para tudo. Então as escolas, os alunos, os professores e a população [ainda] estão chegando à audiência pública.

Quero anunciar as escolas que estarão presentes: EMEF Edgard Cavalheiro, EMEF Dale Coutinho, EMEF Mario Lago, EMEF Mauro Faccio Gonçalves – Zacaria, EMEF Zulmira Cavalheiro Faustino Dona, EMEF Maria Alice Borges Ghion, EMEF Leão Machado e EMEF Duque de Caxias. Também anuncio a CIEJA Freguesia e CIEJA Perus.

Agradecemos muito a presença dos educandos e dos educadores, que fazem um trabalho excepcional, maravilhoso, apesar de toda a dificuldade oferecida tanto pela rede estadual como pela rede municipal.

Eu também gostaria de anunciar, e já chamar para compor esta Mesa conosco, o professor e Deputado Estadual Carlos Giannazi, que é professor e diretor da rede municipal, que tem essa luta histórica em defesa da educação, em defesa da EJA – Educação de Jovens e Adultos. Gostaria de chamá-lo e já saudá-lo com uma salva de palmas.

O professor e Deputado Estadual Carlos Giannazi é membro titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de São Paulo; a professora e Deputada Luciene Cavalcante é membro da Comissão de Educação da Câmara Federal; e eu sou membro da Comissão de Educação da Câmara Municipal, compondo o coletivo da educação em primeiro lugar.

Também gostaria de anunciar a presença dos Srs. Thiago de Oliveira Santos, representante da Secretaria Municipal de Educação, presente de forma presencial, e o qual convido para compor a Mesa também; Gustavo Samuel da Silva Santos, Coordenador do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que nos acompanha de

forma *on-line*; Adriano Cremonesi, Assessor da Presidente do Tribunal de Contas do Município; João Luiz Martins, Diretor da Aprofem – Sindicato dos Professores e Funcionários Públicos Municipais de São Paulo –, e quem eu convido também para compor a Mesa conosco; Rosane Capputi Borges, que representa o Sinesp – Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo, que participa de forma *on-line*.

Há muitas inscrições de forma *on-line*.

Também informo que as inscrições estarão abertas a partir de agora para quem quiser falar. Conforme os educandos e educadores estiveram chegando, vamos fazendo esse informe, para que todos tenham o direito e o momento para falar, pois é muito importante o relato de todas e todos para que tenhamos, ao final, os encaminhamentos, depois das oitivas de todos, para que de fato combatamos o problema do fechamento das salas de EJA no Município de São Paulo.

Apenas para dar um início, muito rapidamente, temos uma apresentação muito rápida para mostrar alguns dados da situação que vivemos na cidade de São Paulo.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – A primeira tela remete a dados oficiais retirados do Portal da Transparência da Cidade de São Paulo e mostra o fechamento de 322 turmas da EJA na cidade de São Paulo. São dados alarmantes.

O Deputado e professor Carlos Giannazi, que está aqui, vai falar também.

Estamos falando do município, mas tem a questão também do Estado de São Paulo. Estes dados foram especificamente da Prefeitura de São Paulo, do Município de São Paulo. Então, nesse período, são 322 turmas fechadas. E temos visto, acompanhado, que, nas 13 DREs que compõem a rede municipal, há esse processo de fechamento das salas da EJA, impossibilitando que os jovens e adultos tenham acesso ao direito constitucional à educação.

A próxima tela mostra os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. Esse gráfico começa

com um número e vai caindo. Vocês podem ver como caiu o número de unidades escolares destinado à educação de jovens e adultos em 2022. É um processo da Prefeitura de São Paulo, desta atual gestão do Prefeito Ricardo Nunes, fazendo esse fechamento das salas de aula; ao contrário do que exige a demanda, que é imensa, pelo número de alunos, jovens e adultos idosos, querendo voltar a estudar. E a Prefeitura de São Paulo, apesar de todo o investimento, apesar de todo o orçamento da cidade de São Paulo, e com um caixa estrondoso de mais de 37 bilhões de reais, vai fechando as salas de EJA.

A próxima tela mostra o número de matrículas caindo, de 2019 a 2022, porque a Prefeitura fecha as salas.

A próxima tela é bem emblemática, todos que estão aqui já viram: faixas nas escolas, professoras e professores, o quadro de apoio, indo ao supermercado, indo à feira, com panfletos, informando a população que há salas de EJA, há escolas oferecendo vagas para que os alunos voltem a estudar. E aplaudimos muito esses valorosos educadores e educadoras. É um trabalho espontâneo dos professores; não há nenhuma ação institucional da Prefeitura de São Paulo para fazer essa divulgação de vagas e escolas. Os professores e professoras pegam o dinheiro dos seus salários e fazem as faixas, os cartazes, e vão até a população para informar que há sala de aula disponível, escola disponível, para a EJA.

E eu apresentei, na Câmara Municipal, um projeto que obriga a Prefeitura de São Paulo a fazer essa divulgação na rádio, na TV, no jornal, no metrô, no ônibus, no trem, informando quais são as escolas que têm [EJA], quais são as salas, quais os horários, para que as pessoas possam saber e acessar as escolas onde tem educação de jovens e adultos.

Essa placa não foi a Prefeitura que fez, foram os educadores, os profissionais da educação, com recursos próprios, com uma atividade própria. É um retrato da cidade de São Paulo, cuja Prefeitura deveria fazer essa divulgação.

Esse é o depoimento de um professor da EJA: que a EJA não tem procura porque não tem incentivo, não tem propaganda maciça mostrando o que a pessoa pode conseguir se voltar a estudar. E não há atenção da Prefeitura para trazer esse aluno de volta. Essa é a

declaração de um professor lá de São Mateus.

Esta tela mostra o investimento da Prefeitura na EJA: a barrinha lilás mostra que está caindo, ano a ano, o dinheiro que a Prefeitura coloca como investimento em EJA.

Esta tela mostra as DREs – Diretorias Regionais de Ensino – que mais fecham salas de aula. Por este gráfico, a campeã é a DRE de Campo Limpo. Todas as DREs estão fechando sala, mas algumas são mais determinadas a acabar com a EJA na cidade de São Paulo e a campeã é a DRE do Campo Limpo, que tem uma ação orquestrada para fechar todas as salas da EJA, deixando uma escola apenas em toda a região do Campo Limpo com as salas da EJA. O aluno que mora longe obviamente não conseguirá se matricular, frequentar e continuar os seus estudos. Então, esse é um quadro atual da Prefeitura de São Paulo e vemos que são todas as DREs, mas algumas são mais realistas que o rei e fazem esse fechamento.

Isso só foi para termos uma noção dos dados oficiais da cidade de São Paulo nessa questão do fechamento das salas da EJA.

Então, eu vou passar a palavra, para iniciar os nossos trabalhos, também, ao nosso professor e Deputado Estadual, que já foi Vereador da cidade de São Paulo, na Câmara Municipal, por dois mandatos, e está na Assembleia Legislativa, já no quinto mandato. É membro titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa e conhece muito bem a rede municipal, da qual é diretor de escola. Sua escola tem, ainda, a EJA. Conhece muito, também, a rede estadual, podendo trazer a experiência dessa luta. É uma luta histórica em defesa da EJA na cidade de São Paulo. Tem a palavra o professor e Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Boa noite, Vereador Celso Giannazi e Deputada Federal Luciene Cavalcante.

Cumprimento o Thiago, representando a Secretaria da Educação, e o João, nosso colega da Aprofem. Quero saudar todos os presentes, professoras, professores, alunas, alunos, gestores de várias escolas da rede municipal.

Vejo que estão chegando outras escolas. O Vereador Celso Giannazi falou da questão do trânsito, da dificuldade, e é uma dificuldade que acontece, também, na própria escola,

de os alunos chegarem, porque os alunos trabalham, em geral. Então, o aluno chega cansado. Pega trânsito e, às vezes, não chega para a primeira aula, nem para a segunda. Chega para a terceira e para a quarta – e tem de entrar. Viu, pessoal? Isso é importante.

Nós temos de acolher os nossos alunos de EJA. Não importa o horário em que ele chega, porque ele é um aluno trabalhador. Ele precisa entrar na escola. Como diretor de escola, como professor, sempre defendi isso. Há escola que fala: “Não, não chegou para a primeira aula? Não entra mais”. Isso é um absurdo total, que afronta a própria LDB, inclusive. O aluno tem de entrar. O aluno trabalha. Ele pega ônibus. Ele tem dificuldade. É o que está acontecendo, hoje, aqui, também. Aqui, é o retrato do que acontece no cotidiano da vida de um aluno e de uma escola de Educação de Jovens e Adultos.

Serei breve, para dar a minha contribuição, não só como Deputado Estadual, membro da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, mas como professor e diretor de escola. Olhem, eu entrei na rede estadual em 1984 e na rede municipal em 1985. Sempre, a minha vida inteira, eu trabalhei com Educação de Jovens e Adultos, também. Dava aula. Era professor de história. Então, sempre trabalhei nas duas redes de ensino. Acompanhei bastante a rede estadual, mas muito mais a Rede Municipal de Ensino. Fui diretor da rede. Cheguei a assumir cargo de diretor da rede estadual por um tempo. Fui assistente. Sou, hoje, diretor concursado da Rede Municipal de Ensino da capital, desde 1997, mas, como professor, eu entrei em 1985 e sempre trabalhei com Educação de Jovens e Adultos. A escola em que sou lotado ainda hoje, que é a Escola Miguel Vieira Ferreira, tem EJA. Tem Educação de Jovens e Adultos.

Olhem, eu estou dizendo isso e fazendo essa retrospectiva histórica da minha vida, como professor e como diretor de escola, para dizer que os governos, em geral, sempre sabotaram a EJA. Não é de hoje que isso vem acontecendo. Piorou bastante, mas eu me lembro de que eu estava como assistente de diretor na Escola Estadual Professor Adrião Bernardes, lá, no Bororé, depois do Grajaú. Tinha de atravessar uma balsa para chegar à escola. Acho que vocês já ouviram falar da Ilha do Bororé. Então, eu trabalhava lá. Era assistente e eu me lembro de que, em 1988 e 1989, nós montamos as salas de EJA, mas havia muita resistência.

A Diretoria de Ensino, na época, se chamava, ainda, Delegacia de Ensino. Vocês se lembram disso, os mais antigos? Há gente que fala, ainda, “delegacia”. Quem mudou isso foi o Paulo Freire. Quando assumiu a Secretaria Municipal de Educação, na gestão Erundina, mudou: “Não, não pode mais ser delegacia. Isso não é Delegacia de Ensino”. Eles sabotavam. Tentaram impedir, em vários momentos, que eu montasse salas na Escola Adrião Bernardes.

Fui até a Secretaria da Educação, na Praça da República, naquele tempo, em que a Constituição Federal estava sendo, ainda, aprovada, em 1988. Eu me lembro de que alguém me disse o seguinte: “Diretor, é difícil abrir, porque as escolas particulares não querem. Há um *lobby* das escolas particulares, que querem esses alunos. Então, é difícil, mesmo. A Secretaria dificulta a abertura de salas”. Isso foi lá atrás, mas isso sempre aconteceu, infelizmente. Piorou bastante nos últimos anos. Os governos sabotam, fecham e impedem a abertura de salas.

Entretanto, eu quero dizer que a Educação de Jovens e Adultos é uma conquista histórica da classe trabalhadora. Nós conquistamos, sobretudo, essa vitória na Constituição Federal de 1988, que depois foi referendada pela LDB em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Consolidamos ainda mais essa conquista no Plano Nacional de Educação, em 2014. Então, garante isso toda a legislação de ensino, toda a legislação brasileira. Tanto é que na LDB há um capítulo só sobre Educação de Jovens e Adultos.

O que eu quero dizer? Que é um direito fundamental o acesso à Educação de Jovens e Adultos para todas as pessoas – não importa a idade – que não tiveram acesso na idade própria. Não importa o motivo pelo qual a pessoa não cursou o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na época em que ela deveria estar na escola. Há vários motivos. Nem vou entrar nesse detalhe. O fato é que a Constituição Federal, a Carta Magna, garante esse direito. Não importa a idade. Uma pessoa com 80 ou cem anos tem o direito de voltar a estudar na rede municipal ou na rede estadual, na modalidade de EJA.

Logicamente, uma pessoa com 80 anos não será matriculada no primeiro ano do Ensino Fundamental, junto a uma criança de seis anos. É por isso que há essa modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Então, vocês estão exercendo um direito de vocês. Não é

esmola. Não é assistência. Não é filantropia do estado. É direito consagrado pela Constituição Federal. Acontece que esse direito é atacado o tempo todo. É por isso que se tem de fazer o movimento, a organização, a luta, para que esse direito seja garantido a vocês.

É por isso que estamos aqui e hoje temos uma grande novidade. Eu já participei de algumas audiências na Câmara Municipal. O Vereador Celso Giannazi, inclusive, tem um conselho de EJA no seu mandato. Tem organizado a luta na cidade de São Paulo, com a professora Luciene Cavalcante, agora Deputada Federal, mas qual é a grande novidade? Gente, essa luta chegou a Brasília, agora, e, neste exato momento, além de a TV Câmara São Paulo estar transmitindo, a TV Câmara do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, está transmitindo esta audiência pública de vocês.

— Ou seja, saiu da cidade de São Paulo, saiu do estado e, agora, esse movimento de vocês está ganhando o Brasil, porque esta é uma audiência pública que está sendo promovida, de iniciativa da Deputada Federal Luciene Cavalcante, que é professora e supervisora de ensino da rede, e do Vereador Celso Giannazi, membros das comissões de educação da Câmara Federal e da Câmara Municipal, respectivamente, mas demos um passo além, agora, porque estamos levando este debate para o nível nacional. Isso é muito importante. Então, vocês estão participando, hoje, de uma audiência histórica, algo que nunca aconteceu. Talvez, no Brasil, nunca tenha havido uma audiência como esta. Nós vamos ouvir vocês, agora. Nós vamos falar, mas vamos ouvir vocês, também.

É fato que este é um direito fundamental, o acesso à Educação de Jovens e Adultos, e, se ele não é garantido, não importa o número de alunos, porque a sabotagem não é aberta, assim. A Diretoria de Ensino não chega lá e fala: “Vou fechar a sala”. Não é assim que funciona, há toda uma estratégia de fechamento de salas; eles exigem um certo número de alunos para abrir uma sala de aula.

No Estado, que acompanho agora mais, porque estou coberto com o Vereador Celso Giannazi, eles estão exigindo, João, sabe quantos alunos para abrir uma sala de EJA? Para abrir a sala eles querem 45 alunos. Se não, não abre sala. Tem uma resolução de 2016 que diz isso:

“tem de ter, no mínimo, 45 alunos para abrir uma sala de Educação de Jovens e Adultos”. Eles vão dificultando ao máximo. Daí, você abre, com a dificuldade de matricular 45 alunos, depois, tem desistência, lógico que tem, em toda escola tem desistência, aí eles dizem: “Ah, vai ter de fechar, vai de ter de juntar com duas outras salas”. Isso é um crime, gente, afinal, se tiver dez alunos tem de se manter a sala funcionando, se tiver 5 ou 15 alunos, não importa.

Eu mesmo fiz isso, em muitas escolas em que passei, quando eu era diretor, eu mantinha as salas, eu peitava a Diretoria de Ensino. “Ah, desistiu, mas tirando os que desistiram, tem dez que permaneceram, eles vão ter aula, não vou fechar a sala, esses dez alunos têm o direito fundamental, são protegidos pela Constituição Federal e vão estudar até o fim”. Eu brigava com a Diretoria de Ensino e dizia a eles que se eles fechassem, eu denunciaria à Imprensa, vamos ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à Defensoria Pública, à Câmara Municipal, à Assembleia Legislativa, enfim, que íamos botar a boca no trombone, porque eles tinham o direito de estudar. Dez alunos têm o direito de estudar sim numa sala com dez alunos, que seja. Não tem esse negócio de ter 35, tem de ter 45, 25, não. Se tiver um único aluno, ele tem o direito estudar.

Essa é a nossa lógica, é isso que estamos defendendo para vocês, afinal, precisamos romper com esse discurso extremamente perverso dos governos de plantão. E não só esse governo, não, outros também fizeram a mesma coisa.

O único momento em que senti que não houve isso, em São Paulo, foi quando o Paulo Freire foi nosso Secretário Municipal de Educação. Aí não se fechou sala, ao contrário, foi o momento que mais teve sala. O João sabe, que é da Aprofem, da velha guarda como eu, das antigas. Nós sabemos muito bem: foi o melhor momento de EJA, com Paulo Freire, na Gestão Luíza Erundina. Era Paulo Freire e, depois, o Mario Sérgio Cortella. Quem é desse tempo aí, lembra.

Então gente, é um direito; vamos brigar por ele. Essa audiência pública é histórica, é importante, é a união da Câmara Municipal, da Câmara Federal, com a professora Luciene Cavalcante, que, agora leva essa luta para Brasília, para dar outra dimensão, para pressionar o

governo municipal para que mantenha as salas. Não vamos deixar fechar, onde tiver uma aluna, mesmo que uma, ela vai estudar. Não vamos aceitar mais esse discurso, essa lógica nefasta de redução de alunos.

E vocês colocaram muito bem, a Luciene e o Celso: quem tem de fazer a chamada pública não são vocês, com faixas, com panfletos, mas é obrigação da Prefeitura fazer isso, além de financiar e divulgar em rádio, televisão, nos jornais de bairro, enfim, fazer toda a divulgação. Lógico que vamos ajudar também, mas não é obrigação dos sindicatos, nem dos Parlamentares, a Prefeitura tem de fazer a chamada pública e o Estado também.

Era isso, gente, contem com nosso total apoio. Saibam que no Estado também eles fecham salas, e nós vamos acionar, sair daqui acionando o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública, o Tribunal de Contas, não vamos aceitar nenhuma sala fechada na cidade e nem no Estado de São Paulo. E parabéns pela mobilização. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, professor e Deputado Carlos Giannazi, pela sua fala, pela sua contribuição, pela luta em defesa da educação, da EJA, tanto no Município quanto no Estado de São Paulo.

A audiência é conjunta entre a Câmara Municipal de São Paulo e a Câmara Federal. Vou passar para nossa professora e Deputada Federal Luciene Cavalcante para ela também fazer a condução dos trabalhos, vamos dividindo a condução dos trabalhos.

Queria ainda dizer que a professora Luciene Cavalcante é a primeira professora da Rede Municipal de São Paulo a ocupar uma cadeira no Congresso Nacional, levando essa pauta da educação do Município e do Estado de São Paulo para Brasília. Como ela conhece muito a Rede Municipal e a Rede Estadual, ela que é há mais de 20 anos concursada no Município de São Paulo, é muito importante que ela esteja lá, pois é uma pessoa que sabe a realidade do chão da escola e, que, portanto, leva os problemas que temos e soluções também, já que ela tem projetos lá no Distrito Federal.

Passo a palavra, então, à professora e Deputada Federal Luciene Cavalcante.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Obrigada, Vereador Celso Giannazi.

Quero chamar para fazer a saudação e o uso da palavra a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que está *on-line*, na pessoa do Defensor Gustavo Samuel da Silva Santos, Coordenador do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública.

Boa noite, Defensor. Eu sou uma mulher de 43 anos, branca, cabelos loiros, vestindo uma roupa preta. Atrás de mim, há um quadro que demonstra como nosso país foi colonizado, como ele é racializado, marcando a nossa injustiça. Tá bom?

Passo a palavra ao senhor.

O SR. GUSTAVO SAMUEL DA SILVA SANTOS – Boa noite a todas, a todos e a todes.

É sempre uma satisfação poder conversar sobre educação no Município e no Estado de São Paulo. A Defensoria Pública tem, dentro dos seus limites, se esforçado ao máximo para garantir esse direito, assim como a Câmara Municipal e a Câmara dos Deputados também, e a própria Alesp.

Vou fazer minha autodescrição, que como a Luciene faz questão sempre de pontuar, é muito importante para pessoas com baixa visual ou com deficiência visual terem noção da diversidade do espaço. Sou uma pessoa branca, estou *on-line* – como a Luciene já adiantou – estou usando fones de ouvido, tenho cabelos pretos, a imagem mostra apenas meu rosto e parte do meu tronco. Estou com uma camisa azul escura, uso óculos, tenho deficiência visual no olho direito – estrabismo – e tenho uma barba ainda por fazer.

Lembro-me, estou até com certo *déjà-vu*, Vereador Giannazi, porque discutimos esse mesmo tema, salvo engano, no ano passado, sobre as dificuldades do EJA, a necessidade de um investimento em políticas públicas para jovens e adultos que não conseguiram cumprir o seu direito à educação no tempo adequado. Isso é algo que temos de renovar sempre, rever a discussão sempre, já que é inaceitável que esse direito seja negado para muitos jovens e adultos.

Queria puxar um pouco a sardinha para o meu lado, pois sou defensor da infância, por isso queria destacar a importância desse instrumento, principalmente para jovens que estão reconstruindo a sua própria vida, a sua própria história, que saem da Fundação Casa, ou que

saem de momentos difíceis em relacionamentos com o crime, e na educação vem uma oportunidade de garantir um futuro melhor, um futuro digno, longe de atos infracionais, crimes etc.

Recentemente, essa semana, salvo engano, a Campanha Nacional pela Educação divulgou um documento muito importante que mostra que o Plano Nacional de Educação não vem sendo cumprido, inclusive quanto às metas sobre alfabetização e educação de jovens e adultos. Em alguns casos, inclusive, identificou-se retrocessos na política de educação. Deveríamos estar em um patamar melhor quando o plano se esgotar, no ano que vem.

Entretanto, sob as métricas que a campanha estabeleceu, cerca de 90% do plano não foi cumprido e isso é uma aberração. E que bom que esta audiência é transmitida também de forma federal, porque é algo que tem que ser levado ao Ministério da Educação, é algo que tem que ser levado ao Governo do Estado, à Prefeitura, de que o próximo plano não pode ser uma palavra vazia e um documento que serve para tirar fotos e a gente constatar nos anos seguintes que nada foi feito.

A gente precisa de um compromisso com a educação de jovens e adultos, a gente precisa de compromissos com a educação em geral. Isso exige muito investimento. Tem a discussão do novo arcabouço fiscal em que, aparentemente, as verbas relacionadas ao Fundeb não estarão mais limitadas no que se discutia no projeto que veio da Câmara, que é uma vitória muito importante e que precisa ser ratificada no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, já com a aprovação no Senado.

Quero colocar a Defensoria Pública à disposição novamente para tentar diálogos com a Secretaria, para pensar em formas de enfrentar esse problema, e também colocar à disposição para receber informações sobre, principalmente, adolescentes que não têm conseguido, que têm tido muita dificuldade de acesso à educação de jovens e adultos, para a gente pensar formas de intervir nisso de maneira qualificada.

Na última reunião, eu queria ter lembrado de falar, mas esse tema de EJA sempre me cativa um pouco porque a minha avó, que faleceu um pouco depois de eu ter tomado posse.

Era praticamente a minha mãe – apesar de eu conviver muito bem com a minha mãe até hoje. Ela é uma das pessoas que foram referência para a minha vida. Ela se desenvolveu profissionalmente como auxiliar de serviços gerais numa escola, ela trabalhou por 30 anos no Colégio Estadual Dom Veloso, em Itumbiara, Goiás, onde eu também cresci, estudei por muitos anos.

E a minha avó sempre foi analfabeta, por várias questões, até a aposentadoria dela. Ela aposentou, apesar de viver na escola; aposentou e, alguns anos depois, ela falou: “Cansei de ficar em casa”. Ela tinha até dificuldade de andar, mas começou a ir no EJA da Pastoral do Idoso de uma igreja muito próxima lá de casa, alfabetizou. Depois disso, ela procurou um EJA que era também na rua de casa. Eu lembro até hoje que eu a acompanhei muito, por causa da dificuldade dela de andar, alguém tinha que ir junto. Ela fez o primeiro grau, fez o segundo grau e um dos orgulhos dela foi ter recebido o diploma da D. Zilda Arns, que faleceu pouco tempo depois, numa tragédia no Haiti. Quando fala em EJA, sempre lembro dessa história. Quando eu falo da minha avó, eu me emociono, porque foi uma pessoa muito especial na minha vida.

E acho que todo mundo tem que ter esse direito, porque educação não é só para você ter uma profissão, algum tipo de conhecimento; ela é algo interno também, para produzir em você aquela satisfação de que “eu sei, eu posso conhecer mais, eu posso ler um livro, posso conhecer mais histórias, mais mundos”. Isso tem de ser garantido, seja para a criança, que é essencial para o seu desenvolvimento, para o adolescente que está tentando se desenvolver, seja para a pessoa idosa que já trabalhou tudo que tinha que trabalhar na vida e agora quer descansar, mas que tem o direito de conhecer mais, de ir além do mundo que ela conhece.

Para finalizar, porque eu já estou me estendendo, lembro também de outra história. Meu avô sempre pensava que a minha bisavó era analfabeta. Minha bisavó sempre foi muito religiosa e um dia, ela meio que deu um “cala a boca” no meu avô, falou: “Eu sei ler, aprendi a ler porque eu queria ler a Bíblia”. Ela falava com muito orgulho disso.

São esses tipos de questão que a gente tem que valorizar, seja na Defensoria, para crianças, seja como adulto. E a solução disso não passa só pelo Judiciário, pelo enfrentamento,

mas também pelo diálogo, pela exigência, pelo poder político popular, por vocês que estão acompanhando no plenário, são protagonistas dessa história e precisam exigir dos governos municipais, estaduais e Federal que tomem providências para esse acesso ser mais facilitado. Não é uma luta fácil, são muitas questões.

Falando como pessoa de um órgão público, nem sempre a gente consegue dar as respostas. Muitas vezes, a Luciene, o Giannazi nos provocam, a gente tem muitas demandas também, mas eu acredito especialmente em pessoas como vocês que estão aí nos EJAs da vida lutando por um futuro melhor. Se vocês se dedicam a sair de casa para aprender, é porque vocês ainda não desistiram de um mundo melhor. Eu fico muito feliz de saber que pessoas como vocês estão aí lutando todos os dias por uma educação melhor em São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Muito obrigada, Dr. Gustavo, da Defensoria Pública.

Com relação ao arcabouço fiscal, só para dar um informe, foi assim: o Governo Federal mandou um projeto, uma nova regra de gastos. Lá na Câmara, a gente não vota o projeto, a gente vota o relatório; é diferente da Câmara Municipal e da Assembleia, a gente vota o relatório do projeto. É sempre assim.

Então você começa com o projeto, o Executivo mandou, o Governo Federal. Aí, o Deputado Cajado pegou, fez um relatório, ele reescreveu o arcabouço e colocou para dentro, pela primeira vez na história do nosso país, o Fundeb, o piso nacional do magistério, da enfermagem, e colocou os gatilhos. Em especial, dois são muito importantes. O gatilho é algo que dispara automaticamente. Se a Câmara avaliar que não estão sendo cumpridas as metas fiscais, esses gatilhos são disparados: proibição de concurso público, proibição de aumento para servidor público. Isso foi o Cajado.

Aí nós não conseguimos derrotar isso na Câmara, a pior Câmara da história, muito difícil, aí foi para o Senado. Lá no Senado, o senador que pegou esse relatório mudou novamente o relatório e retirou o Fundeb; de tudo que a gente precisava, ele retirou o Fundeb, que já é uma

vitória importante. E agora, ontem à noite, voltou para a Câmara. Foi uma vitória que a gente conseguiu no Senado, mas agora vai de novo voltar para o Cajado.

Então, nós vamos precisar continuar nossa mobilização para, de fato, retirar não só o Fundeb, porque isso vai suprimir e vai disputar verba com as outras áreas sociais que a gente precisa investir, porque a educação e a saúde têm os pisos constitucionais, as outras áreas não têm. Assistência social, transporte, saneamento básico, moradia não têm piso constitucional, então eles vão ter que pegar desse mesmo bolo, todas essas pastas, essas políticas públicas. Isso vai ter um impacto muito ruim, então é muito importante a gente continuar mobilizada.

Dr. Gustavo, o senhor falou da cidade de Itumbiara, de Goiás, lá o nosso mandato recebeu uma grande comitiva de professores de Itumbiara, de Goiás, e do Brasil todo, porque vocês também devem estar acompanhando o que a gente viu, uma crise na educação brasileira pelo não pagamento do piso nacional do Magistério.

O Estado do Rio de Janeiro está em greve há mais de 30 dias, que foi considerada ilegal, mas nós estamos mobilizados. Nossa solidariedade a Manaus, que também está em greve. Tem movimento no Brasil inteiro dos profissionais da educação em defesa do mínimo, já que o piso nacional do Magistério é de 4.420,55 por 40 horas de trabalho, menos do que o piso aprovado para a Enfermagem, demonstrando como é difícil ser professor e professora, ser profissional da educação no Brasil.

Além disso, muitas cidades, quando cumprem o piso, não é de forma integral, porque não faz a incorporação na carreira, como é o caso da cidade de São Paulo e do Estado de São Paulo, ou não garante o um terço da jornada para formação, como é o caso também da cidade de São Paulo, onde mais da metade da rede é composta por escolas, CEIS conveniados e cujos professores da primeiríssima infância são invisibilizados e explorados, sem direito a esse um terço nem à carreira. Então, é bastante luta, e ela segue.

Agora, de forma *on-line*, tem a palavra o Dr. Adriano Cremonesi, assessor da Presidência do Tribunal de Contas, representante desse órgão tão importante quando se trata do acompanhamento e da implementação de políticas públicas.

O SR. ADRIANO CREMONESI – Boa noite a todos.

Em nome do Presidente do TCM, Eduardo Tuma, agradeço o convite e parabênizo a Deputada Luciene Cavalcante, o Vereador Celso Giannazi, o Deputado Carlos Giannazi e os demais participantes, presentes e de forma *on-line*.

O Tribunal de Contas tem estado atento a esses problemas da cidade referentes à educação. Inclusive, neste ano, nós realizamos algumas auditorias importantes para verificar a infraestrutura das escolas e fizemos alguns alertas à Secretaria. Portanto, estamos juntos com a Câmara Municipal de São Paulo e com os municípios, sempre atentos aos problemas e necessidades da cidade no que se refere à educação.

Eu vou acompanhar atentamente esta importantíssima audiência e, em nome do Presidente Eduardo Tuma, coloco o Tribunal de Contas à disposição desta Casa.

Que nós tenhamos uma boa audiência. Obrigado.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Muito obrigada, Dr. Adriano.

Tem a palavra o representante da Secretaria Municipal de Educação, Thiago de Oliveira Santos, da Assessoria Parlamentar da Pasta.

O SR. THIAGO DE OLIVEIRA SANTOS – Boa noite.

Primeiramente, em nome do Secretário Fernando Padula, eu gostaria de agradecer ao Vereador Celso Giannazi pelo convite para esta audiência e também de cumprimentar toda a comunidade escolar, os municípios, os profissionais da educação, as autoridades, a Deputada Luciene Cavalcante e os representantes da Aprofem. É um prazer enorme poder participar desta discussão.

Minha missão hoje é escutar, porque, desde 2018, quando houve aproximadamente 50 mil matrículas na EJA, esse número vem caindo. Isso é fato e não é justo eu vir para tentar tapar o sol com a peneira. Diante dessa realidade, esta gestão assumiu o compromisso de realizar muitas ações, como as divulgações por meio de entrevistas concedidas ao Bom Dia São Paulo e ao SPTV no ano passado. Além disso, a Secretaria também divulgou suas ações a empresários nos veículos da SPTrans; esse chamamento é muito importante, porque a ideia não

é acabar com a EJA, mas erradicar o analfabetismo na cidade de São Paulo. Esse é o compromisso desta gestão.

Eu vou acolher as demandas e encaminhá-las para as Coordenadorias para que possamos pensar em conjunto, porque esse é o nosso papel. Como professor e fazendo parte da educação desde 2012, fico muito satisfeito com tudo isso. Peço desculpas pelo nervosismo e me coloco à disposição para, de forma oficial, encaminhar todas as reivindicações.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Thiago, essa ação de propaganda nos transportes públicos, uma reivindicação antiga nossa, tem data para começar?

O SR. THIAGO DE OLIVEIRA SANTOS – Deputada, eu acredito que começará nas próximas semanas nos veículos da SPTrans e também já existe uma negociação para a divulgação em *outdoors* e na TV do Metrô.

Historicamente, o chamamento tem um papel importante, principalmente nessa reconstrução difícil após o período de pandemia, que causou um grande estrago no EJA, já que grande parte do nosso público pertencia ao grupo de risco. É por isso que nós temos que nos empenhar em conjunto para, de fato, erradicarmos o analfabetismo. (Palmas)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Obrigada, Thiago, pelas suas considerações.

Antes de passar a palavra para o próximo orador, um dado: em cada dez pessoas que morreram de Covid-19 na cidade de São Paulo, sete não tinham o ensino fundamental completo. Vamos pensar no que isso tem a ver com o direito à educação, um processo de empoderamento do cidadão, e o isso significa na história do nosso país, cuja tradição é de injustiça e de exclusão. Só por meio da educação nós vamos mudar a nossa história e mudar o mundo, como nos ensinou Paulo Freire.

Tem a palavra o João, diretor da Aprofem.

O SR. JOÃO LUIZ MARTINS – Boa noite a todos.

Agradeço ao Vereador Celso Giannazi, à querida Deputada Federal Luciene e ao Thiago, representante da Secretaria de Educação. Eu fico muito feliz de ouvi-lo dizer que é professor, porque é uma briga nossa, como um dos diretores da Aprofem e também professor

da rede municipal, que tenham pessoas na SME da educação, porque é muito complicado quando você vai discutir com qualquer pessoa que está em um cargo político se ela não tem o conhecimento da causa.

Ela precisa ter assessores, como é o caso do Thiago, que entendam do que está acontecendo. E, para falar do EJA, eu até gostaria de dizer que, quando eu cheguei, eu cheguei bem mais cedo e fiquei conversando com uma professora, depois com duas diretoras desse EJA e alguns alunos do EJA. Fechando algumas coisas que nossos amigos já falaram, eu elenquei seis pontos muito importantes.

Quando se fala de educação é óbvio que nesses seis pontos eu vou frisar o EJA, mas eles também podem ser relacionados com a Educação Infantil, o Fundamental e o Médio. Por exemplo, investimento, nós sabemos que a Secretaria Municipal de Educação tem um superávit, a Prefeitura tem um caixa, muito dinheiro sobrou por causa da pandemia. Alguém vai falar assim: “Mas como sobrou dinheiro?”. Porque é óbvio, você sabe que as escolas ficaram praticamente dois anos, as unidades fechadas, as aulas aconteciam *on-line*, conta de água, conta de luz, mais um monte de coisas que precisaria ser gasto, não foi utilizado.

Esse dinheiro entrou, houve uma movimentação financeira, houve impostos muito grandes que entraram e não foram gastos porque a verba da educação e a verba da saúde a gente sempre costuma dizer que é uma verba carimbada, é uma figurinha carimbada, dinheiro da educação só se gasta com educação, dinheiro da saúde só se gasta com a saúde.

Então, esse dinheiro está sobrando, tem que ser investido. Investido também na divulgação, como o Tiago falou, é muito importante isso, porque eu, por exemplo, moro a menos de três quarteirões de uma unidade escolar que é da Prefeitura, eu sei que lá tem o EJA, porque como representante da Aprofem já fui visitar essa unidade, mas não tem uma placa, não tem nada, e quando acontece alguma divulgação, acontece no comércio, lá do bairro, são cartazes feitos pelos próprios alunos e muitas vezes com dinheiro investido do bolso dos professores ou dos outros educadores ou da gestão, porque eles não podem gastar essa verba para levar um objeto para fora da unidade escolar. Então, essa verba tem que ser investida na educação e a

divulgação das matrículas, a facilidade de acesso, que aí é uma coisa que a nossa Deputada falou, a questão do Bolsa EJA, a questão do bilhete único.

Eu particularmente não pago mais transporte para ninguém, pela cor do meu cabelo, estou na faixa etária que não preciso mais pagar, mas eu tenho vários vizinhos conhecidos que ainda precisam pagar transporte e, às vezes, falam: “Hoje eu não fui para escola porque não tinha dinheiro para pagar o ônibus”. O emprego dessas pessoas não dá subsídio para que ele possa pagar o próprio transporte público. Eu trabalho numa faculdade à noite, eu sou professor lá e alunos de faculdade, às vezes, não vem e nós temos um sistema de WhatsApp, eles mandam mensagem dizendo, curta e grossa: “sem verba para ir para a aula”. Eles não vão assistir aula porque eles não têm 8,80 para ir e voltar e muitos não têm condições de pegar o bilhete escolar porque, às vezes, faltam documentos, falta alguma situação, há demora para entrega dessa documentação.

Eu faço campanha, explico para os alunos, digo para irem à Secretaria pegar um documento, pegar um bilhete escolar, digo que vão pagar a metade, às vezes, não vão pagar nada e muitas vezes eles voltam, mesmo na escola pública, e dizem que documento não saiu a tempo e que quando levaram para SPTrans já tinha acabado o prazo. Não é que as pessoas da escola não querem preparar o documento, é que a burocracia é tão grande, e é uma outra coisa que eu vou falar, eu estava conversando com duas diretoras e uma professora, eu vou falar uma coisa, espero que vocês não se ofendam, mas diretores, muitas vezes, são secretários de luxo nas escolas, porque eles têm que fazer tudo menos cuidar da parte pedagógica.

Ele tem que preencher documento, tem que fazer uma série de coisas, eu vi uma colega diretora do CIEJA falar que ela não tem uma assistente de direção, ela fica das 7h da manhã até quase 23 horas sozinha praticamente nessa unidade. Como é que alguém trabalha essa quantidade de horas? Se vocês fizerem a conta, está dando mais de 15 horas, provavelmente, são dois cargos porque tem que trabalhar como professora num cargo de seis horas e outro cargo de oito horas por dia. Isso é um absurdo, ninguém tem que trabalhar 15 horas. Até a própria Prefeitura no seu quadro da GCM, na saúde, quem trabalha 12 horas tira

um dia de folga para poder descansar porque o corpo não aguenta.

Então, esses profissionais precisam de apoio, porque eles estão lá para trabalhar com esses alunos, para trabalhar com a qualidade da educação desses alunos. Um dos alunos que estavam conversando comigo estava falando que ele participa da PM, que ele se envolve, que ele é interessado, aí você começa a perceber, ele começou a abrir seus horizontes, ele começa a ver o mundo diferente, a educação abre portas, quando você sabe o que você está falando, quando você entende uma notícia, quando você entende uma informação, você não é mais um analfabeto chamado funcional, aquela pessoa que lê, mas não entende, você começa a entender e aí você começa a entender o que é uma propaganda enganosa, o que é uma *fake news*. Você começa a criar juízo quando você escuta alguma coisa e você começa a perceber que não é bem assim. Eu já aprendi isso na unidade escolar e já vi que não é isso, que essa não é a realidade, que não é assim que está acontecendo.

Nós, lá na Aprofem, sempre lutamos, por isso que a educação tem a sua verba respeitada e que se invista na qualidade do trabalho do educador, do gestor, na qualidade da educação, que esse aluno receba não importa a faixa etária, mas hoje principalmente o EJA, que tem uma particularidade completamente diferente, são pessoas com uma qualidade de vida, com uma história de vida muito grande.

Vou citar um exemplo concreto. Recentemente eu tive que fazer uma reforma na minha casa, eu fiz faculdade, eu tive oportunidade de estudar, eu aprendi o que é metro quadrado, o que é metro cúbico, o que é tudo isso, mas a hora que o pedreiro chegou na minha casa e falou para mim: “Olha, você precisa comprar tantos tijolos, tanto de areia”, tanto aquilo eu perguntei para ele: “Nossa, você é bom nisso, calculou tudo isso agora?”. Ele falou para mim: “Como calculou? Porque o senhor deve olhar a parede e fazer metro quadrado para descobrir quantos tijolos”. Ele olhou para mim e disse: “Já me falaram que o senhor é professor, diz para mim o que que é um metro quadrado?”. Eu expliquei para ele, eu expliquei, ele entendeu, ele falou, talvez agora eu consiga calcular a parede como metro quadrado, mas eu que já sabia o que era metro quadrado, não consegui entender como é que ele sabia quantos tijolos iam, quanta

areia, quanto cimento ia para aquele trabalho, porque ele tem uma história de vida.

Ele pode não saber ainda colocar no papel, ele pode não saber escrever tantos metros quadrados, mas ele sabe dizer quantos tijolos. Hoje, a gente costuma dizer que um bom engenheiro, por exemplo, tem uma pessoa de confiança que é o capataz, o mestre da obra, é aquela pessoa que, às vezes, é analfabeta, mas que o engenheiro coloca no papel e o que o engenheiro coloca no papel, ele sabe fazer na prática. Então todo mundo precisa desse conhecimento.

Eu olho para esses rostos e vejo pessoas que às vezes são até mais velhas do que eu, que estão sentadas lá estudando, tentando aprender alguma coisa para que quando chegar no seu trabalho, possam reivindicar melhores condições, possam mudar. Recentemente uma aluna formada no EJA veio toda feliz, ela também foi minha aluna, foi minha aluna no fundamental, como eu estou na área de educação, como Carlos falou, há muito tempo, eu estou na área da educação há quase 30 anos, e essa moça foi minha aluna no fundamental. Por problemas particulares, ela ficou sem estudar e em nenhum momento, eu acompanhei muito, porque ela é vizinha nossa lá, ela não deixou de estudar porque ela era preguiçosa, muito ao contrário, ela tinha mãe e pai doentes, ela precisou trabalhar, ela precisou levar dinheiro. Ela tinha duas opções: ou trabalhava e comia, ou estudava e não tinha comida e nem os pais.

Ela escolheu trabalhar, quando ela tentou voltar, encontrou um monte de portas fechadas de escolas porque não davam apoio para aquela moça que já tinha filhos, que era uma adulta com mais de 40 anos na época. Ela não tinha apoio para estudar e, quando ela se formou, ela veio toda feliz falando para mim que ela passou e foi promovida no serviço dela. Ela era faxineira num mercado e ela estava toda feliz porque ela ia ganhar 500 reais a mais porque ela ia virar caixa num mercadinho de bairro que ela trabalhava. A diferença de salário entre a faxineira e o caixa era de 500 reais. Ela estava toda feliz. Eu não vou falar qual é o salário dela integral, mas eu sei que esses 500 reais para ela fez uma grande diferença, esses 500 reais vieram porque ela simplesmente soube preencher um currículo.

Hoje, eu ensino meus alunos na faculdade a preencherem currículo, e eu sei que tem

professores que fazem esse trabalho com seus alunos. Tem que aprender a ler aquilo, mas tem coisas reais também; a pessoa tem que aprender a preencher um documento que ela vai levar para procurar um emprego. E essa moça falou que ela conseguiu trocar de cargo no serviço dela porque a gestora, a gerente do mercado pediu para os funcionários – porque ela iria precisar de alguém na gerência – que preenchessem um currículo novo solicitando aquele cargo. De cinco funcionários naquele mercadinho de bairro, ela foi a única que soube preencher o currículo. Até alguém que já estava ajudando a caixa não sabia preencher o próprio currículo para o cargo em que ela já estava ajudando. Então, ela teve que dar o cargo para essa professora. Ela ficou contente, ficou orgulhosa e, hoje, ela é polo de divulgação do EJA no bairro, porque ela fala da importância que tem tudo isso.

Quando o Thiago falou que vão divulgar no metrô, nesses locais, é para as pessoas perceberem que alguma coisa está acontecendo. A Prefeitura não está dando benefício nenhum para vocês - a Prefeitura, o Estado e, agora, com a luta da Deputada Federal Luciene. No Governo Federal, nós estamos lutando para que vocês tenham seus direitos garantidos. Ninguém está pedindo esmola, ninguém está pedindo favor; nós estamos pedindo que vocês tenham o direito respeitado. O direito à educação de qualidade; o direito a um professor com tempo para estudar, para se informar, para trabalhar e estudar com seus colegas e planejar sua aula; o direito à qualidade de trabalho de um gestor para que ele possa se organizar com seus professores e oferecer ensino de qualidade.

A aula que vocês estão tendo hoje na Câmara Municipal é uma aula que certas escolas particulares cobram uma fortuna para trazer seus alunos para conhecer esta Casa. E por quê? Porque eles vêm aqui para tomar uma aula de cidadania. É isso o que vocês estão fazendo hoje: vocês estão dando uma aula de cidadania. E nós vamos continuar com a ajuda desse nosso Vereador, dessa nossa Deputada Federal e desse nosso Deputado Estadual – vejam o trio que nós temos aqui –, e é óbvio, também, com o apoio da SME, a força que o Thiago vai nos dar lá também.

Tenho certeza de que a Aprofem vai continuar lutando sempre, e nós estamos

apoiando sempre não só os alunos, mas também nos colocamos à disposição dos educadores e dos gestores para lutar por estas coisas: investimento de qualidade no local certo, qualidade da educação para vocês que estão sentadinhos recebendo informação, estrutura melhor de transporte, de facilidade de acesso a bilhetes únicos ou ao Bolsa EJA; qualquer maneira para que você nunca repita a frase “Não fui à escola porque não tinha dinheiro para pagar o ônibus”. A coisa mais vergonhosa que existe para um adulto é quando o motorista abre a porta, a pessoa abaixa a cabeça e fala baixinho: “Posso entrar por trás? Hoje não tenho dinheiro”. Muitos motoristas deixam, alguns não podem; mas é horrível você ter que pedir um favor de algo que é seu direito. Você está indo para o trabalho, está indo para a escola, está indo visitar um parente ou até para seu lazer, mas você não tem condições. Então, você precisa saber cobrar essas condições.

Vamos continuar cobrando também que os alunos sejam completamente respeitados na burocracia escolar e também nos órgãos públicos. Contem conosco. E Deputada e Vereador, muito obrigado pelo convite. A Aprofem continua à disposição de todos vocês.

Obrigado, gente. Uma boa noite e parabéns para vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, professor João Luiz.

De fato, o que o professor falou é verdade. Hoje a aula é aqui, é na Câmara Municipal, não nas escolas. Hoje é aqui, com os educadores e com os alunos. É muito importante o dia de hoje.

Muitas escolas já chegaram. EMEF Edgard Cavalheiro presente? (Palmas) EMEF General Vicente de Paulo Dale Coutinho. (Palmas) EMEF Mario Lago. (Palmas) EMEF Mauro Faccio Gonçalves – Zacaria. (Palmas) EMEF Zulmira Cavalheiro Faustino. (Palmas) EMEF Professora Maria Alice Borges Ghion. (Palmas) EMEF Professor Leão Machado. (Palmas) EMEF Duque de Caxias. (Palmas) CIEJA Freguesia do Ó. (Palmas) CIEJA Perus. (Palmas)

Novamente, parabéns aos alunos e alunas e aos educadores e educadoras que fazem trabalho excepcional nas escolas, ofertando aos nossos jovens e adultos a educação de jovens e adultos – EJA.

Eu havia falado anteriormente, mas muitas escolas chegaram e não ouviram. É muito importante nesta audiência pública, conjunta, das Comissões de Educação da Câmara Municipal de São Paulo e da Câmara dos Deputados, que a gente ouça o depoimento de vocês, que a gente leve esses relatos, faça depois os encaminhamentos com base nos relatos que vocês trarão para nós.

Em função disso, peço que, na secretaria ao lado, com o Rafael, vocês façam a inscrição. Tem bastante gente que fez inscrição para fazer uma fala rápida. É muito importante o depoimento dos alunos, das alunas, dos professores e professoras, para que a gente leve isso adiante. As inscrições estão abertas com o Rafael. A oitiva de vocês é muito importante.

Abro a palavra e chamo a Sra. Rosana Capputi Borges, do Sindicato dos Especialistas em Educação do Município de São Paulo – Sinesp, inscrita de forma *on-line*.

A SRA. ROSANA CAPPUTI BORGES – Boa noite aos parlamentares.

Parabenizo-os pela iniciativa. Boa noite a todas as pessoas que estão participando desta audiência. Como é gostoso ver a turma no auditório.

Como o Vereador Celso já disse, meu nome é Rosana, sou do Sinesp, o sindicato que representa os gestores educacionais das escolas públicas do município. Começo dizendo que a Secretaria Municipal de Educação já sabe de tudo o que está acontecendo. Claro, o Thiago, com muita prudência, disse que reconhece os problemas; mas esses problemas, como também o Deputado Carlos Giannazi disse, não são de hoje. Os gestores educacionais e os diversos sindicatos têm denunciado o extermínio da EJA ano a ano, isso não é nada de que o governo não saiba.

Como já disseram os colegas que me antecederam, o que vem ocorrendo com a EJA está na contramão do que dizem o Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação. Os planos possuem metas e diretrizes para superar o analfabetismo e ampliar a escolaridade média da população, principalmente no que diz respeito ao acesso da população com 15 anos ou mais ao EJA. Se vocês olharem no *site* da Secretaria Municipal de Educação – eu estava olhando agora enquanto escutava os colegas –, constam lá os planos regionais de

cada diretoria das 13 regiões do município de São Paulo. Esses planos, se eu não estiver equivocada, foram construídos, elaborados e apresentados para a população em geral em 2018, quando ainda não tínhamos a pandemia. Ali já se deveria começar a cumprir esses planos regionais, atendendo o Plano Nacional e o Plano Municipal. Lá está dito que tinha que ter oferta de salas da EJA, que tinha de se divulgar – o que chamamos de chamamento público, ou seja, apresentar essas vagas nas diferentes regiões e oferecê-las. O que tivemos, aí? Até integrar o MOVA com CIEJA e tudo mais.

O que constatamos foi este movimento inverso: eu não divulgo, eu não esclareço à população que há vaga, eu não abro sala e, quando eu abro os polos, como a Deputada Luciene disse, são polos que não conseguem atender às diferentes regiões, porque São Paulo é muito grande. Então, como é que aquela pessoa, que precisa trabalhar, que precisa cuidar da casa, vai para um polo da região? Ou seja, mais uma vez, o Poder Público desestimula aquele cidadão e aquela cidadã a concluir os seus estudos. É óbvio, também, não é?

O que percebemos é que não há um empenho político que de fato apresente políticas públicas educacionais que estimulem essas pessoas a uma educação de qualidade, como o João disse, porque, se eu crio sala, eu preciso ampliar o quadro de funcionários, eu preciso olhar segurança no entorno dessa escola, eu preciso oferecer alimentação robusta para os alunos. Não é aquela merendinha seca, que eu cansei de ver, que são uma bolachinha e algo para beber. Eu preciso, como o João disse, também, de subsídios para esses alunos, seja com transporte, seja com alimentação, que eu falei. Não interessa. Esse descaso do Poder Público precisa acabar. Precisa ser denunciado, sim, e não só denunciado, mas a Secretaria Municipal de Educação precisa ser chamada a oferecer o que é de direito, como já disse.

É isso. Parabéns para vocês que estão aí. Não pude estar presente hoje, mas estou aqui, parabenizando, mais uma vez, essa iniciativa e essa aula de hoje. Agora, precisamos exigir.

Obrigada.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Obrigada, Sra. Rosana, do nosso aguerrido Sinesp.

Agora, começando a lista de inscrição das intervenções presenciais, tem a palavra a professora Franciele Busico Lima, do CIEJA Perus. Vá até a tribuna, por favor.

A SRA. FRANCIELE BUSICO LIMA – Boa noite a todos, a todas e a todes.

Estou muito feliz de ver este auditório cheio de pessoas da classe trabalhadora que lutaram muito para estar aqui, porque sabemos o que é atravessar a cidade, o que é acordar cedinho e o que é lutar pelos seus direitos. Então, em primeiro lugar, parabéns a vocês todos e todas. Uma salva de palmas para quem está aqui às 9h da noite para a garantia de direitos.
(Palmas)

Parabéns ao Vereador Celso Giannazi, ao Deputado Giannazi, à Deputada Luciene, aos colegas da Mesa, aos colegas educadores e gestores, também, por essa ação.

Eu tinha preparado uma fala maiorzinha, mas eu vou me restringir, pelo adiantado da hora e para todo mundo poder falar. Eu sou professora de história. Sou coordenadora pedagógica na rede municipal e atualmente dirijo o CIEJA Perus. Eu sou coordenadora geral do CIEJA Perus desde 2016 e também sou da Coordenação Colegiada do Fórum Estadual da EJA.

Então, todas essas denúncias, todos esses anúncios que temos de fazer para a nossa modalidade, têm sido muito presentes nas discussões, tanto internas, no nosso equipamento, no CIEJA, quanto no Fórum Estadual. Temos recebido muitas denúncias de fechamento de salas, sim, na rede municipal e na rede estadual, e da não garantia de direitos do nosso estudante que sai da rede municipal, concluindo o Ensino Fundamental, para que continue seus estudos no Ensino Médio. As escolas de Ensino Médio, infelizmente, não têm recebido as nossas demandas. Nunca há uma sala de aula possível de ser aberta em outro período que não seja o noturno – quando há no noturno, não é?

Então, quero chamar a atenção do nosso companheiro Giannazi, para levar essas demandas também para o estado, porque tem sido muito difícil essa relação no encaminhamento do prosseguimento de estudos, o que é um direito de todo trabalhador e toda trabalhadora.

O que eu quero dizer para vocês é que a EJA é uma política de recuperação de direitos, de reparação desses direitos. Assim sendo, o que precisamos reivindicar é que não se

trata de atender ao maior número possível. Não é uma questão de número, gente, e sim de qualidade. Se qualidade significa sala reduzida, por que é que a EJA precisa ser espelhada no número de alunos e alunas do regular? O ensino regular é um ensino obrigatório. A EJA não é. A EJA significa poder reparar um direito de todas estas pessoas que estão aqui. Então, não tem sentido que as nossas políticas educacionais do município estejam coladas e vinculadas ao ensino regular – e elas estão. As escolas, infelizmente, seguem a mesma lógica de abertura e fechamento de salas.

O que defendemos é que a sala pequena também é uma reparação de direito. Então, haver 10 ou 12 estudantes na sala de aula não é pouco. É o necessário para que esse professor e essa professora possam dar uma atenção mais individualizada, para poder desenvolver as competências necessárias, para poder atender àquilo que foi retirado da vida desse estudante e dessa estudante, jovem, adulto ou adulta, idoso ou idosa.

O Thiago tem a árdua tarefa de levar nossas demandas. Então, eu acho que a primeira coisa é pensar em um grupo de trabalho para pensar a EJA no município. Precisamos, de uma vez por todas, pensar em uma política educacional que seja específica para EJA. Não adianta ficarmos colando nas instruções normativas ou no funcionamento da escola regular, porque não somos iguais. As crianças têm uma determinação, uma obrigatoriedade, uma legalidade, para ir à escola. Os nossos adultos não têm. O que é que acontece com os nossos adultos? Estão em vulnerabilidade. Estão com muitas dificuldades para permanecer na escola. Isso não é só da pandemia. É, também. Isso se agravou na pandemia, mas é muito anterior.

Como estamos em uma Casa que fala de leis, vou encerrar minha fala, falando de lei. O Plano Municipal de Educação é lei e lei tem de ser cumprida. A Meta 10, que é a que trata da EJA, especificamente, na sua Estratégia 10.7 – isso eu quero contar para todos e todas que estão aqui, porque isso é um direito e está em uma meta de um plano que tem de ser cumprido, porque ele é lei –, diz: “Reivindicar benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentem cursos de alfabetização”.

Ou seja, se o nosso problema da frequência, da permanência, está relacionado à alta

vulnerabilidade, porque as pessoas não têm condições financeiras de se manter estudando, porque sabemos como é difícil este dia, que tenhamos essa legislação cumprida, que é de uma bolsa de estudos para quem está na Educação de Jovens e Adultos.

Está bom? É isso o que eu queria dizer para vocês. Muito obrigada por me ouvirem. Tenho muitas outras coisas e recomendo muitíssimo que vocês leiam o Plano Municipal de Educação, porque é disso que temos de cobrar.

João, só falando uma coisa: os CIEJAs ficam abertos das 7h da manhã às 10 e meia da noite e só temos um AD. Diferentemente das escolas, quem está na gestão fica dividindo. Eu vou entrar em férias amanhã e uma colega vai ficar com a escola nesse período todo em que eu estarei ausente. São 16 CIEJAs na cidade. Também, os nossos cargos, infelizmente, estão lotados na DRE. Perdemos todos os nossos direitos. Estamos lá porque acreditamos.

Obrigada.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Posso só fazer um rápido comentário sobre essa intervenção muito importante da professora Franciele, nossa colega Fran, da nossa Rede Municipal de Ensino?

Há duas coisas que você falou. Eu mencionei exatamente isso que você falou, antes, no início, na abertura. Tive de sair e participar de outra reunião. Temos de romper com essa lógica do número máximo de alunos para a abertura de salas. Isso não pode mais acontecer, nem na rede municipal, nem na rede estadual, porque é um direito fundamental o acesso à Educação de Jovens e Adultos. Então, se você tem cinco alunos, a sala tem de ser mantida. Não tem de haver número máximo, 45, como eu disse, no estado. Isso é um absurdo total. Acho que tem de ser uma exigência desse movimento que a gente vem organizando em São Paulo.

Outra coisa também que você colocou, Fran, é em relação ao ensino médio. O que nós queremos é que vocês terminem o ensino fundamental e a Prefeitura oferece o ensino fundamental. O ensino médio é obrigação da Rede Estadual, do Governo Estadual. E o estadual está fechando salas também, e o pior: com esse programa de PEI - Programa de Ensino Integral, ele está fechando várias salas no período noturno. Aliás, o noturno não funciona onde tem PEI,

na maioria das escolas.

Então, vamos sair daqui, hoje, também, exigindo que o Governo Estadual reabra as escolas e abra EJA, no ensino médio, para que vocês possam cursar, dar prosseguimento aos estudos de vocês. Vamos colocar na pauta dessa audiência pública. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Deputado Carlos Giannazi.

Chamo a próxima inscrita presencial, para fazer uso da palavra. É a Cristiane Fialho, do CIEJA Perus.

A SRA. CRISTIANE MARIA COUTINHO FIALHO – Boa noite a todas as pessoas. Estamos falando da garantia de direitos então eu queria falar sobre as especificidades.

No CIEJA Perus – e eu também sou do CIEJA Perus – temos nossas especificidades do território. E esse território é composto de imigrantes, mas a Prefeitura age como se eles não estivessem lá.

Ainda somos a escola com o maior número de imigrantes matriculados na cidade de São Paulo, no entanto, para a garantia de direitos, por exemplo *kit* escolar, tudo vem numa tela de computador tudo em português, sem levar em consideração outras línguas que já se fala em São Paulo.

Parece que se desconsidera que imigrantes, haitianos, bolivianos, venezuelanos, afegãos, paraguaios, estejam no território, e eles são todos alunos matriculados da Prefeitura de São Paulo.

Então, garantir o direito do imigrante, porque ele tem esse direito à educação, afinal ele tem o direito tanto quanto qualquer brasileiro, e precisamos entender que eles estão nas escolas. Além do que não temos formação para lidar com eles. Portanto, tudo que nós fazemos de política pública para garantir a educação e o aprendizado desse imigrante é da nossa demanda de estudos. Se nós não procurarmos aprender e a lidar com essas pessoas que estão chegando, ninguém fornece essa formação.

Meu olhar – então, já parabenizando a Mesa de novo por esse encontro, por essa audiência pública – é uma atenção especial para os 16 CIEJAs. Vejam, cada CIEJA tem o seu

público específico e nós precisamos dessa autonomia. Precisamos de uma EJA que tenha autonomia para suas especificidades, para os seus territórios e para suas demandas, além da formação para isso.

Agradeço a oportunidade, não quero tomar muito mais tempo, e os imigrantes chegaram e estão nos bancos escolares, então, precisamos tratá-los com dignidade e respeito, porque eles também merecem.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Parabéns, Cristiane.

Agora, vamos chamar para fazer uso da tribuna o Francisco Chagas Pires Veras, pai de aluno e também aluno, ele próprio, da EJA Duque de Caxias.

O SR. FRANCISCO CHAGAS PIRES VERAS – Boa noite.

Meu nome é Francisco, sou aluno da EMEF Duque de Caxias - EJA, sou do Conselho Escolar.

Hoje, vim trazer os problemas que temos lá. Gostaria de dizer à nossa colega Deputada que estamos no meio do ano e os nossos livros, até agora, não chegaram. Não temos livros.

Descobrimos outro problema, hoje: fui atrás de alunos para se matricularem. Fui na Secretaria e perguntei para a menina lá quantos alunos nós tínhamos para o próximo semestre. Ela respondeu que não tinha nenhum. Insisti: “Como não, se eu fui atrás dos alunos e eles vieram até nós?”. Ela disse: “Não, o que nós recebemos da Prefeitura é o seguinte: se o aluno se matricular dia 8, no próximo semestre ele vai para o segundo ano, para o segundo módulo, ele não está lá, no primeiro ano, para quando ele se matriculou”. Acho isso um absurdo, afinal, como é que uma pessoa vai para lá para ser alfabetizado, como é que ele já pode ir para o segundo ano? Isso não existe.

E falando dos imigrantes também, lá na Duque de Caxias, temos imigrantes e o maior problema deles é conseguir receber o material. Muitas vezes, o CPF deles não consta no cadastro. O que sugiro, e alguns já conseguiram, é que a Secretaria de Educação fizesse uma

cartinha com uma senha e com o documento dele, ele possa levar lá na empresa dele, na Kalunga e outras que fornecem esse material para que ele possa retirar.

Muitas das vezes, nós temos de destacar a folha do nosso caderno para dar o aluno para que ele não fique sem escrever. É muito difícil ver meu colega, imigrante, mas tão ser humano como eu, sem material. E se nós os acolhemos aqui, temos de dar dignidade a eles. Porque se for para colher, mas deixar jogado às traças, melhor não acolher.

Outra questão é a hora que esse pessoal chega. Muitas vezes eles chegam às oito e meia e não podem entrar, porque dizem que já passou do horário da entrada. Eles têm de chegar e entrar às oito e meia, às nove e meia, não importa, o tempo deles é diverso, pois eles trabalham, estão retornando para a escola agora e eles querem aprender, querem ser alguém daqui mais dez ou vinte anos. Esse imigrante que está aqui, de repente amanhã ou depois, ele pode ser o nosso advogado, o nosso deputado, o nosso vereador.

Então temos de mudar tudo isso. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Muito importante a fala do Francisco, porque ele traz essa situação que houve uma escolha política para que essa EME fizesse alguns programas de assistência a partir do celular, dos aplicativos, e existem as pessoas que não têm esses aparelhos, ou mesmo que estão com o CPF negativado, até 31 de dezembro eu estava na rede, acabei de assumir o primeiro mandato, e nós acompanhamos esse drama que o Francisco acabou de expor dessas pessoas que não conseguem acessar um direito que é delas – que seja a questão do material ou do uniforme – porque não tem o CPF ou ele não é válido.

Então, acredito que aí o Tribunal de Contas do Município tem um papel muito importante de acompanhar a implementação dessa política pública, e saber quantas pessoas, de fato, conseguiram acessar esse benefício, fazer a contraposição, quando era ofertado de outra maneira, porque a gente precisa, no momento de uma grave crise econômico-social que vivemos, a gente precisa avançar e a gente não pode admitir nenhum retrocesso.

Então acho que esse também fica o encaminhamento para o Tribunal de Contas fazer esse acompanhamento dos aplicativos e se, de fato, nosso mais de um milhão de estudantes

que a cidade de São Paulo atende, todos os dias, se esses benefícios chegaram de fato até eles.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – A próxima pessoa é a Marcela Fontão, do CIEJA Perus; com a palavra.

A SRA. MARCELA FONTÃO NOGUEIRA – Boa noite a todo mundo, a todas as pessoas. Boa noite, Mesa.

Na verdade, eu queria aproveitar o tema, ele veio a calhar, sobre a questão da assistência e é uma denúncia. E aí, Tiago, é muito para você, mas para todos que estão aqui.

As escolas têm recebido cestas básicas e todo esse processo ocorre com a Assistência Social, não é da Educação. Mas não é possível que a gente tenha na escola 800 estudantes matriculados, como é a nossa, e 30 cestas básicas cheguem. Isso é um problema de todo mundo. Não estou questionando os critérios de outro setor. Estou questionando o fato de chegarem 30 cestas básicas, os outros estudantes verem, pessoas recebem e pessoas não recebem. E aí, somos nós, servidores, que informamos: “Olha, você tem direito. Olha, você não tem direito. Você vai levar comida para sua casa. Você não vai levar”. Então não é possível que a escola seja um polo da desigualdade, porque é isso. Quem é que define quem tem direito ou não? Quem sabe da fome de um e não sabe da fome do outro? (Palmas)

Então, eu acho que a escola precisa ser resguardada dessa situação. E aí, Tiago, é uma conversa intersecretarial, enfim. Não sei quem é que manda mais, para a gente não faz a menor diferença. O ideal seria que todas as pessoas recebessem essa cesta básica, mas se isso não é possível, não sei por que, que a gente não passe pela situação como a minha colega, que recebeu um áudio de Whatsapp da nossa estudante dizendo que ela é do Bolsa Família e não recebeu a cesta dela, e ela não receberá, porque ela não é uma das 30. E aí, não há explicação.

Então um mínimo de respeito com estudantes, com servidores, e se a Assistência Social quer entregar as cestas, a gente não é ponto de coleta e ponto de entrega, a gente é escola. Então que outros setores façam a entrega como quiserem e expliquem para a população quais são os critérios, mas não nós.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Sr. Arlindo Amaro, arquiteto do Ipiranga.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa noite a todos.

Meu nome é Arlindo Amaro, sou morador do Ipiranga. Vim por acaso na audiência sobre escola e educação, eu falei: “Vamos lá”, porque eu também estudo até hoje. Eu tenho 68 anos, mas ainda estudo, pratico minhas atividades de cultura.

O que nós precisamos cobrar do Governo é o que está no Art. 5º da Constituição e no Art. 182. Hoje nós estamos discutindo na cidade de São Paulo o Plano Diretor, o plano de desenvolvimento urbano, porque uma pessoa desenvolvida é uma cidade desenvolvida, é um país desenvolvido. A educação é fundamental.

Nós temos, hoje, os planos de bairros a que as subprefeituras não se atêm, então nós temos o dever e a obrigação de cobrar o Prefeito em relação aos planos de bairros, que falam sobre planejamento, educação, lazer. Nós temos diversos balneários abandonados. Nós temos os CEUs, uma estrutura educacional, que muitos deles estão abandonados. Nós temos lá no bairro do Ipiranga, no Parque Bristol, um CEU abandonado, a piscina está cheia de lixo. Fui no CEU de São Miguel Paulista, é muito bem atendido. O CEU de Campo Limpo é largado.

Então, a Prefeitura precisa chamar os subprefeitos que são assessores, e não assessor da Câmara Municipal. Nós temos 32 subprefeituras que já deveriam ter feito os planos de bairros e não fizeram. A sociedade precisa cobrar, a sociedade precisa conhecer os seus direitos, porque se não conhece os direitos, não sabe cobrar. É através da educação que nós vamos fazer uma cidade menos desigual.

O estudo é fundamental. Eu estudei numa escola pública, fiz o colegial técnico em que você ia para o canteiro de obras e, quando eu fui para a faculdade, foi muito mais fácil. Então você sai da escola em nível médio, faz um curso técnico, aí você vai para a faculdade com melhores condições. O que se tem de fazer na região de Parelheiros, M'Boi Mirim, principalmente na área rural da cidade, é uma escola agrícola, uma escola técnica para as pessoas poderem ficar no mesmo lugar.

E as escolas terem melhores condições. O professor estava falando há pouco do fechamento das escolas à noite. No Ipiranga, o Colégio Visconde está fechando à noite. É uma vergonha uma escola de curso médio não funcionar à noite.

Então, cabe a nós, cidadãos, cobrar o Governo e não ter vergonha. Nós temos as redes sociais, entrem e façam os seus comentários. Não precisa xingar ninguém; argumente com conhecimento. Vai lá no *site*, ou no seu próprio Facebook e faça sua reclamação, como eu faço. Eu venho à Câmara Municipal, amanhã estarei aqui para discutir o Plano Diretor da cidade, porque a cidade tem 32 subprefeituras, 12,5 milhões de pessoas, se somar a área metropolitana chega a quase 17 milhões, tem 4,5 milhões de pessoas que moram na favela e essas pessoas precisam ser assistidas e ser respeitadas, não é só serem respeitadas no dia das eleições. Nós temos que trabalhar e fazer a cobrança necessária para ter um futuro melhor.

Rapaziada, nós renovamos a cada 20 anos, ninguém vive o dia de ontem. Vamos juntos fazer acontecer.

Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sr. Arlindo.

A próxima pessoa é a Irisnete Sudaro, da EMEF Mario Lago. (Palmas)

A SRA. IRISNETE SUDARO – Boa noite a todos. Estou muito feliz de estar aqui nesta noite.

Quero dar parabéns à nossa Deputada que é uma mulher, uma honra para nós. Ela está nos representando em Brasília e desde já tem meu voto para as próximas eleições, porque é privilegiada. (Palmas)

Eu não conhecia esse povo maravilhoso que luta pelos nossos direitos. Quantos políticos tem no nosso Brasil, mas hoje à noite ele está nos representando, a comunidade, o povo humilde, povo que não tem voz, mas através dele nós vamos ter. Vamos lutar pelo EJA, vamos lutar pelo povo carente, povo humilde, povo que não tem oportunidade.

Eu sou avó. Se eu não estivesse estudando, como eu ia ler uma história para o meu neto? Então é através do EJA que nós temos oportunidade de transmitir sabedoria para a nossa

família. Uma família que tem educação, tem estudo, os pais, os avós, é uma família estruturada. Eu passei agora pela cracolândia, meu coração doeu, porque muitas vezes não tem uma família estruturada, não tem um pai que estudou, não teve sabedoria para os filhos não estarem na cracolândia.

Então, é através da educação que nós vamos conseguir isso, através da nossa luta, de nós enfrentarmos o frio, porque esses dias fez frio, e a gente acorda às quatro da manhã, nós vamos trabalhar e à noite a gente está na escola.

Então, gente, nós somos um povo guerreiro, nós somos um povo privilegiado, nós não somos qualquer coisa e é através de nós, do nosso voto, que os políticos se elegem. Não fiquem se achando um nada, que não vão conseguir. Vão sim, porque muitas pessoas chegaram ao cargo de diretor, de advogado e de juiz por meio do professor, que educa e ensina, por exemplo, o médico, que ganha muito mais do que o professor. Por isso, está na hora de honrarmos os professores e os diretores que estão à frente disso, que realmente estão lutando por nós, pela comunidade, pelas pessoas que não têm oportunidade de acesso a uma educação, a uma escola e a uma faculdade melhor.

Nós só vamos conseguir isso por meio da nossa luta, do EJA, do CIEJA e de todos os jovens que querem lutar pelo sonho de chegar a uma escola, e nós vamos conseguir. Para isso, nós contamos com pessoas que estão à frente, lutando por nós. Se eles não estivessem aqui nesta noite, quem iria lutar por nós? Nós não temos autoridades nem somos parlamentares para podermos estar Brasília. Por isso, na hora de votar, veja em quem você realmente está votando, em quem vai realmente te representar.

Isso é importante e é tudo o que eu tinha para fazer nesta noite.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Irisnete. Muito boa a sua fala.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Eu gostaria de dizer, Celso, que todos os presentes hoje, alunos e professores do EJA, estão dando uma aula para os Vereadores que estão acompanhando a sessão e para todo o Brasil, já que esta audiência pública está sendo

transmitida também pela TV Câmara de Brasília. Vocês estão ensinando o Brasil a fazer a mobilização em defesa do EJA. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Tem a palavra a Cláudia Radge, da EMEF Duque de Caxias.

A SRA. CLÁUDIA RADGE – Eu fico muito feliz em olhar para todos vocês e ver tanta coragem. Parabéns e sejam-vindos a este novo mundo de descobertas sobre o conhecimento, sobre o pensar, porque só mesmo as pessoas corajosas conseguem ir à frente, ir avante todos os dias nesse mundo de descobertas.

Depois da pandemia, eu fui convidada a participar do EJA. Apesar de ter tido um pouco de receio, porque sempre trabalhei com os pequeninos, eu me surpreendi e estou gostando de dar aula para os alunos do EJA e tenho aprendido muito com eles. Na EMEF Duque de Caxias, agora nós temos uma direção para quem eu não canso de dar os parabéns, porque gerenciar não é uma tarefa nada fácil. Para os diretores trabalharem com a gente, eles precisam demonstrar humildade. Para gerenciar é preciso demonstrar humildade constantemente, o que não significa subserviência e, sim, estar trabalhando a inteligência o tempo todo.

Isso eu aprendi com os imigrantes, que chegam tímidos à sala de aula praticamente murmurando. Mesmo sem termos o preparo para atender o imigrante, assim como a criança ou o adulto que começa a aprender e a ler, ocorre o maravilhoso *insight* da aprendizagem e, de repente, eles começam a falar e a se comunicar com todos, desde o pessoal da secretaria até o da direção. É muito bonito ver essa aprendizagem nas nossas salas de aula.

Eu acompanho o senhor, deputado, e tenho a maior felicidade de ter votado em você, porque eu acho que temos que votar em pessoas que realmente lutam e trabalham pelas pessoas e cumpram o que se dispuseram a fazer. Esse mundo mágico da escola e da aprendizagem, que o senhor conhece muito bem, a cada dia nos revela coisas inéditas. Os meus alunos, por exemplo, choram e sofrem quando não podem ir à escola por falta de roupas de frio, principalmente os imigrantes da África. Eles relatam a vontade de ir à escola e não conseguirem. Tudo isso que foi relatado sobre as dificuldades que os alunos têm de ir à escola, a gente também

vivencia na EMEF Duque de Caxias.

Eu fico emocionada de relatar que todas as vezes que um aluno meu chega na sala, eu digo a ele “seja bem-vindo”, ele se assusta, mas depois que ele entra, se senta, a gente começa a aula e a conversa se dá como mágica. Às vezes, mesmo sem entender muito da conversa, a comunicação, que também é gestual, acontece e, de repente, nós começamos a interagir. Hoje, quando eu cheguei na escola, o meu diretor também me saudou como um “seja bem-vinda”, e eu fiquei muito feliz e me senti muito gratificada de também receber essa saudação. É por isso que eu acredito que a escola tem que ser um espaço onde as portas estejam abertas para receber as pessoas a qualquer momento que elas necessitarem, de manhã, de tarde ou de noite, pois lá é o espaço onde a comunicação e a interação têm que fluir.

Se o momento em que o aluno está na sala de aula é importante para ele, pois é um momento de aprendizagem, por que o portão tem que estar fechado? De jeito nenhum. Se ele chega correndo, ótimo. O que importa é ele estar lá. Alguns não têm sequer lugar para guardar o material escolar, e eu guardo no meu armário. Qual é o problema?

Eu estou muito feliz de ter uma aluna de quase 80 anos, uma senhora que mora sozinha, que estuda na EMEF Duque de Caxias, já no segundo ano e muito feliz. Isso é muito gratificante de se ver.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Cláudia.

Para as próximas falas, eu peço para que a gente se atente aos três minutos, porque tem muita gente inscrita e é muito importante que a gente ouça todas e todos. Então, vou pedir que a gente se concentre no tempo. Eu vou avisando quando for terminando o tempo.

Tem a palavra o Claude Charles, do CIEJA Perus I. Já se aproximando também fica preparada a Luana Brunelli, da EMEF Mario Lago, se puder já ficar próxima também, pois é a próxima a falar.

O SR. CLAUDE CHARLES – Boa noite, meu nome é Claude Charles, sou do Haiti, sou estudante da CIEJA e eu quero agradecer os professores que estão comigo e também quero

agradecer o apoio.

Quando chegamos no Brasil, não sabemos falar, não entendemos nada, mas somos bem acolhidos no CIEJA Perus. Ensinaaram-me a falar e a escrever em português, por isso eu sou muito grato pelo apoio que eu recebi com eles.

Nós, haitianos, principalmente, a dificuldade que temos quando chegamos no Brasil é saber falar, se comunicar com as pessoas, tanto para procurar emprego, quanto para fazer amizade com qualquer pessoa. Graças ao CIEJA Perus, nós, haitianos, somos muito gratos e os parablenizo muito por todo o apoio que nós recebemos, por todo carinho, principalmente com os professores que estão comigo, a professora Cristina, o diretor também, que sempre nos ajudaram.

Hoje, estou aqui para agradecer os representantes que estão aqui também, que querem mudar as formas da educação. Eu espero, um dia, que haja uma mudança específica, mais correta, na educação no Brasil. Na minha terra, se a gente tem 5% de oportunidade que os brasileiros têm aqui, eu não vou dizer que lá é maravilhoso, mas para ser sincero, seria bem melhor. Por isso, gente, vamos lutar pela educação, vamos colocar a educação na primeira linha, porque a educação é a chave do crescimento de tudo que tem a ver com a vida, por isso quero agradecer todo mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Claude, a educação está em primeiro lugar sempre. Tem a palavra a Sra. Luana Brunelli e depois, de forma *on-line*, a Regina Coele Couto, da EMEF Duque de Caxias.

A SRA. LUANA BRUNELLI – Boa noite a todos, boa noite à Mesa.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, de poder ir atrás dos nossos direitos. O EJA trouxe muitas oportunidades para nós, principalmente para mim, mãe solteira, com três filhos, tive que parar meus estudos na adolescência, interromper, e, hoje, está sendo maravilhoso porque eu estou conseguindo concluir e vou poder fazer o meu curso técnico de enfermagem. Acho que é um direito nosso e temos que lutar e ir atrás.

Então, não importa a quantidade de alunos que estejam na sala, pois os professores estão ali para poderem dar aula para a gente com maior carinho, temos que ir atrás dos nossos direitos.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Enquanto a Regina não está conseguindo acessar, vamos chamar a Sra. Flávia Almeida do CIEJA Freguesia/ Brasilândia.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Enquanto a Flávia se dirige à tribuna, eu queria fazer um comentário, Celso.

Vocês estão citando bastante a questão do horário de entrada do aluno do EJA, quando ele chega, muitas vezes com dificuldade com transporte público, o que diz a lei maior da educação, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 4º: fala do dever do Estado com a educação escolar pública, inciso VI; oferta de ensino noturno regular tem de ser adequado às condições do educando. Ou seja: não é o aluno que vai se adequar ao ensino oferecido, mas esse ensino noturno que é oferecido que tem de se adequar à realidade do aluno trabalhador, da aluna que trabalha. Por isso nenhuma escola pode proibir o aluno de entrar na segunda, terceira aula – aquilo que eu disse no início é um direito dele, está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é a principal lei da educação brasileira.

A SRA. FLÁVIA ALMEIDA – Boa noite.

Eu vou tentar ser breve e farei um misto de pedidos, denúncias e comentários. Estou no CIEJA Freguesia/ Brasilândia e todos os CIEJAS tem uma quantidade bem grande de pessoas com deficiência, geralmente em torno de quase 10% das matrículas. Nós temos um atendimento de excelência, posso falar por todos os CIEJAS, porque o trabalho desse EJA é diferenciado, essas pessoas com deficiência estudam nas salas regulares com todas as outras pessoas, a diversidade que está dentro do CIEJA, da EJA em geral, mas dentro do CIEJA é incrível.

O lema do nosso CIEJA é: se cabe no mundo, cabe no CIEJA, tal é a diversidade. A questão que trago das pessoas com deficiência é o seguinte: quando os nossos estudantes

finalizam o Fundamental II conosco, eles tentam se matricular no Estado, mas não existe nenhuma escola estadual que acolha esses estudantes, que tenha algum olhar para esses estudantes e, principalmente, a questão de não ter uma EJA no Estado pela manhã, porque também não é só questão dos estudantes com deficiência. Quantas e quantas mulheres mães e vós de famílias que nós temos, que vão lá, deixam os filhos ou netos na creche, e vão continuar os seus estudos à noite. Elas têm que estar em casa cuidando da família, de tudo, então precisa, é uma necessidade ter uma oferta de EJA em outros períodos, de manhã, à tarde.

Não importa se existe demanda, existem essas pessoas, mas não existe o atendimento. Outra questão: o Thiago falou que já está havendo o chamamento público, vai ter na SPTrans, gente, quem não sabe ainda, porque vai saber um dia, ler e escrever, não adianta por folheto em lugar nenhum, tem que ser propaganda em rádio, TV, propaganda falada. As pessoas precisam ouvir que existe uma possibilidade de ela ir e aprender a ler e escrever.

É legal, é válido a panfletagem, mas ela não atende toda a demanda de analfabetos que nós temos na nossa cidade. Aí, vou reproduzir uma frase de uma aluna do MOVA, que também faz parte da EJA, o MOVA também é educação de jovens e adultos, porque temos mania de que quando falamos em EJA, só pensarmos nas escolas regulares municipais e estaduais, mas o MOVA é um movimento de alfabetização, também é EJA. Foi uma estudante da EJA que falou assim: “Eu vim estudar porque quem não sabe ler é invisível para o mundo”.

Então, todos somos cidadãos e cidadãs, todo mundo tem a sua vida, a sua luta, o seu trabalho, a sua família, as suas questões. Todo mundo paga imposto, corre atrás, todo mundo vai batalhar, porque essas pessoas vão ser invisíveis? Não pode. Essas pessoas têm serem atendidas no seu direito primordial de uma educação de qualidade, tem de serem atendidas sim em toda escola, em todo o período, e com toda dignidade, porque esse negócio de que a gente infelizmente, às vezes, ouve: “está muito velho para aprender”, não, não está. Inclusive, a pessoa que fala isso não está velha para aprender que isso é falta de educação e respeito. Então, todo mundo tem, sim, garantidos pela Constituição – como o Deputado e o Vereador já falaram –, o acesso e a permanência a qualquer tempo, em qualquer idade.

Por último, venho também fazer uma denúncia de um massacre nas EJAs, que foi a aprovação automática. Durante a pandemia, a pessoa que estava no módulo 1, que está aprendendo a ler e a escrever, acabou o ano da pandemia e foi aprovada automaticamente para o ano seguinte. Ela não teve o direito, sendo adulta, cidadã, de falar: “Não, eu não consegui aprender o mínimo, quero continuar na mesma série”. Ela simplesmente foi ignorada pela Secretaria Municipal de Educação, que fez a aprovação automática de todo mundo como se todos fossem crianças, jovens, adolescentes do ensino regular. Quantos, quantos e quantos nós atendemos no balcão da escola. E como é que a gente ia explicar: “Olha, nós concordamos com a senhora”? Foi feita um documento baseado em leis, em tudo, e entregue na Secretaria Municipal de Educação justificando esse pedido de não aprovação automática; mas que foi, simplesmente, ignorado. Essas pessoas que estavam no módulo 1, que equivale à alfabetização, com os dois anos de pandemia, foram promovidas para o penúltimo ano sem terem aprendido a ler e a escrever. Isso é um crime. É isso, gente.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Flávia.

Chamo novamente a Regina Coeli do Couto, da EMEF Duque de Caxias, que falará de forma *on-line*.

A SRA. REGINA COELI DO COUTO – Boa noite.

Estou na escola, na sala de aula. Estou desde o começo com os meus alunos participando desta audiência. Esse movimento é muito importante. Vou desligar o som do computador, que acho que falo melhor. (Pausa)

Esse movimento é importante para que a gente consiga colocar o que esses alunos sentem e vivem. De alguma forma, eles fazem um sacrifício imenso de vir aqui toda noite sem condições, sem material, sobrevivendo ao subtrabalho, principalmente os nossos imigrantes. Mas eles estão aqui.

Então, peço aos representantes que estão presentes na audiência que lutem pela sobrevivência da EJA. Nós temos muita dificuldade em manter nossas salas. A questão do

mínimo de alunos, é um absurdo a gente ter que cumprir, porque a gente não pode tirar o direito de nenhum estudante que queira estar aqui. Isso é o mais importante, além de sabermos que estamos vivos. Estamos todos aqui, participando e querendo ter voz para estudar.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, professora Regina.

Estamos em uma aula na Câmara Municipal e a professora Regina fez uma interligação com a escola para que os alunos da EMEF Duque de Caxias pudessem também participar desta aula, que é muito importante. Obrigado, professora Regina.

Chamo a próxima inscrita, Angela Maria Milito, do Movimento de Alfabetização Popular – MOVA-SP.

A SRA. ANGELA MARIA MILITO – Boa noite.

Eu vou fazer não uma brincadeira, mas uma observação. Como sou bastante antiga, da primeira metade do século passado, tem algumas coisas que a gente costuma falar, mas que hoje a gente fica sendo perseguida por essa fala. Por exemplo, o “boa noite a todos, todas e todes”. Para mim, é difícil falar assim, por isso achei muito bacana quem chegou e falou “boa noite a todas as pessoas”. Achei joia, porque assim está no meu vocabulário da metade do século passado.

Gente, boa noite. Estou muito comovida por estar no meio das pessoas que eu amo, que são os estudantes do Brasil. Não existe idade para estudar: está na nossa Constituição o direito ao conhecimento e ao estudo permanente.

Quero dizer o seguinte – e por favor não me vaiem: eu sou do MOVA, mas, antes de ser do MOVA, fui uma mocinha que ficou chefe de família com 19 anos, porque perdi meu pai e tinha que cuidar de duas irmãs com problemas de saúde. Aí, é como dizem: ou a gente desiste ou a gente encara.

Eu voltava do Conjunto Nacional quando tinha carona, porque quando meu dinheiro acabava, eu tinha que andar. Para quem conhece, o Conjunto Nacional fica no número 2000 da Avenida Paulista. Eu moro em uma travessa da Rua Luís Góis. Eram duas horas andando de

madrugada, e tinha que fazer isso para pôr a comida no prato. Ele conhece meu irmãozinho, ele também precisou dos meus cuidados. Uma vez, eu estava deprimida e meu psiquiatra falou: “Dona Angela, a senhora teria outra opção?”. Eu parei e disse: “Não, é essa mesmo, não tem como”. A gente tem que encarar o que a vida nos coloca com coragem e persistência.

Vocês falaram tudo o que eu queria falar, companheiros e companheiras do meu coração, professoras, professores – aliás, todos professores, pois vocês deram uma aula. Eu gostaria de pedir um favor: que fosse levado ao Sr. Padula que está havendo um desmonte bárbaro do MOVA.

Antes, tenho que contar um pouquinho da minha história. Comecei a dar aulas no EJA aos 20 anos, há 54 anos. Então, é uma trajetória enorme. Já me disseram uma vez: “Por que esse pessoal do MOVA não se aposenta?”. Eu disse: “Se estou incomodando, não me convoquem para reunião. Se convocam, vou levantar a mão toda vez e dizer que tenho outra leitura sobre o problema”. Falar que o esquizofrênico é assassino? Espera aí: não, não é. Tive uma irmã com esse problema, uma irmã mais velha. Linda, inteligente, mas foi acometida por essa doença. Esquizofrênico não é bandido, não é assassino, não é psicopata. É uma pessoa que sofre porque tem alucinação por falta de substância; precisa de remédio, assim como o deprimido precisa também. A gente tem carência de substâncias que o nosso corpo não está produzindo adequadamente, quando não estão em excesso. Então, essa é a questão. Eu digo: “Tenho outra leitura sobre esquizofrenia. Posso colocar?”. Nessa reunião do MOVA, era uma pessoa especializada em trabalhar a sala de aula com pessoas com deficiência.

Só estou dando esse pequeno exemplo para dizer que estou feliz por estar com vocês, que são o meu povo: professores, educadores e companheiros que estão na Mesa. Mas quero colocar o seguinte: Sr. Secretário, temos duas instruções normativas que estão para acabar com o MOVA, descaradamente, imprópriamente. Pode falar, ele sabe quem sou. Pode falar: “A Dona Angela, do MOVA, está lá”; está bem? Porque acaba aparecendo sem querer.

Para concluir: a instrução normativa, principalmente uma que saiu agora, dia 27 de abril, exige coisas que não cabem ao MOVA, mas deu aos senhores diretores das regionais das

DREs poder absoluto para fechar salas do MOVA, não seguindo a Lei Federal 13.019, nem o Decreto Municipal 57575, que foi uma adaptação.

Eu estou falando de lei porque vocês sabem o que eu estou dizendo. A associação da qual eu participo há 54 anos fechou. Não vem ao caso eu dizer por que, porque ninguém sabe, ninguém viu, mas eu quero que o senhor, por favor, leve esta minha mensagem.

Eu estou sendo atrevida? Estou. Mas essa é a minha forma de encarar os desafios que a vida coloca. Sou de luta como vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Tem a palavra a Sra. Marlene Celestino, da Associação Comunitária Jardim Ideal.

A SRA. MARLENE CELESTINO – Boa noite a todas as pessoas.

Eu estou feliz em estar vendo esse público de educadores e alunos. Represento também o MOVA.

Por coincidência, a minha amiga Angela abriu agora a palavra, já começou; e eu tenho algumas coisas para falar. Eu vou ler uma frase do Paulo Freire que diz assim: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. *Pedagogia do Oprimido*.

Meu nome é Marlene Celestino, sou uma paraibana em São Paulo desde 89. Estou na educação de jovens e adultos desde o ano de 97; e trabalho no MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – da cidade de São Paulo. É uma coisa muito boa trabalhar com jovens e adultos. Eu cheguei em São Paulo e já fui trabalhar nessa área.

Existe o MOVA Brasil. E já tivemos muitos encontros em nível nacional, em Brasília; já fomos em grupos para Brasília.

Eu estava ouvindo esse moço do Haiti. Uma coisa fácil é você estudar na sua terra, no teu *habitat*. Nós temos pessoas que vêm do Nordeste, de outras regiões do Brasil, que chegam em São Paulo, numa terra estranha, sem ter onde morar, passando necessidade de alimentação, como já foi falado. E educar uma pessoa desse jeito, trabalhar e educar uma pessoa dessa maneira, é muito difícil; não é como educar a pessoa na cidade em que nasceu, que está

na sua casa mesmo. É um desafio muito grande. Eles têm medo, eles chegam acanhados, com vergonha, perdem oportunidade de emprego porque não sabem preencher um formulário, porque não sabem fazer um currículo. Agora está mais fácil, que o pessoal faz na internet, mas antigamente tinha que fazer na própria empresa. E é um desafio muito grande trabalhar com jovens e adultos.

A Norma falou sobre essa instrução normativa que estão usando para fechar as salas do MOVA.

O MOVA é um movimento que tem uma lei sobre o que nós podemos cumprir. E a Prefeitura está usando essa instrução normativa como argumento para fechar as salas, sendo que não cabe às salas do MOVA.

Nós não somos escola, somos um movimento, temos somente uma ajuda de custo e trabalhamos em salas de igrejas católicas, igrejas evangélicas, em comunidades que passaram a ser associações de moradores. Nós já temos espaços. E quem paga aluguel paga do seu bolso. É somente para atender essa necessidade das pessoas de se alfabetizar.

Hoje, eu deixo essa denúncia.

Eu conheço o Vereador Carlos Giannazi há muitos anos; foi a escola dele que acolheu a minha filha, quando ela tinha seis anos de idade. Foi a primeira escola lá da região de Grajaú que precisava atender crianças, não é, professor? Disseram que tinha que atender criança, mas não tinha escola. Ele foi para cima: “Eu quero sala na minha escola”. Ele conseguiu. E a minha filha foi alfabetizada lá com seis anos. Sou da região de Grajaú e conheço o Celso faz tempo.

Eu quero falar com a Mesa, com o Giannazi, porque nós ouvimos falar sobre o PL do Vereador, essa bolsa do EJA, e nós queremos saber como nós vamos conseguir solicitar para os nossos alunos da educação de jovens e adultos do MOVA.

Essas são as minhas palavras. Agradeço a todos. Que Deus os abençoe. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Tem a palavra a Sra. Keiko Kishi Lazzeri, diretora da EMEF Professor Leão Machado.

A SRA. KEIKO KISHI LAZZERI – Boa noite a todos e a todas.

Boa noite, Celso; boa noite, Deputado; boa noite, Luciene, demais membros; e boa noite ao Thiago, que representa a Secretaria Municipal de Educação. Boa noite a todos os presentes. Parabéns por estarmos todos aqui.

É muito importante que o senhor leve os nossos anseios, desejos, denúncias e sentimentos, pois defendemos a EJA com as todas as nossas forças. E eu queria dizer que nós, da EMEF Professor Leão Machado, estivemos o ano passado neste mesmo encontro, e, infelizmente, pouca coisa mudou; ou até piorou.

Então, eu gostaria de propor um grupo de estudo da EJA com o Vereador Celso, para que possamos formular alguma legislação que defenda a EJA, que permita que os alunos recebam a bolsa, que tenham acesso livre a material escolar, ao transporte e tudo o mais.

E outra coisa que eu acho muito importante, que todo mundo falou, e é importante: a questão da entrada na EJA, o acesso à escola pública, e a permanência. Nós precisamos fazer estudos e legislação que permitam que isso seja colocado realmente em prática.

E você, Celso, que é o Vereador, e o Thiago, que representa a Secretaria, entendam que nós precisamos fazer leis. E esta Casa é uma casa que faz leis. Então, nós precisamos montar um grupo de estudo para pensar todas essas especificidades da EJA e do MOVA também, porque é um movimento muito importante e é a nossa continuidade na EJA. A pessoa é alfabetizada no MOVA e vai para o primeiro ano, segundo, e assim por diante, na EJA.

Gostaria de deixar essa proposta, para que realmente façamos algo concreto, para, ano que vem, quando tivermos esse novo encontro, essa nova audiência, nós possamos dizer: “Olha, nós fizemos, estudamos, lutamos, questionamos, reivindicamos e conseguimos o nosso direito de ter uma educação de qualidade que dê acesso e permanência a todos os alunos da EJA e do MOVA”.

Sabemos que a EJA e o MOVA precisam ter flexibilidade, precisam receber outro olhar, porque a política pública já diz que a EJA é um dever do estado, é uma reparação de uma perda social. E, se é uma política pública, ela não pode ser pensada em termos de dinheiro,

investimento, ela tem que ser pensada como um projeto para ampliar e melhorar a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras da nossa cidade tão querida. E precisamos lutar muito, porque quem não luta está morto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Keiko, nós já temos um projeto de lei, a Bolsa EJA, que a Deputada Federal Luciene Cavalcante também levou para o Congresso Nacional. Agora, a gente tem na Câmara Municipal um projeto que apresentei, que está tramitando, mas a gente tem o Conselho da EJA no nosso mandato, para o qual você está convidada a participar nessa luta apresentando projetos, ações, para que a gente fortaleça a educação da EJA na cidade de São Paulo.

Tem a palavra a Sra. Maria Norma.

A SRA. MARIA NORMA – Boa noite a todos.

Eu gostaria de saber da Mesa o seguinte: se há dinheiro sobrando na Prefeitura, por que os professores não receberam durante a pandemia?

Outra coisa, alguns alunos não receberam os materiais, alguns alunos não conseguem mais o cartão para pegar o ônibus. E isso é muito difícil.

Uma das poucas escolas na zona Leste é a EMEF Edgard Cavalheiro. E, se fechar essa escola, vai acabar com o sonho de muitas pessoas. Eu sei que os professores saíram para entregar panfletos nas comunidades. Isso não é justo, porque eles teriam o direito de descansar de sábado e domingo, e não de trabalhar para a Prefeitura.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sra. Maria Norma.

De fato, os professores, educadores e profissionais, da educação, todos trabalharam durante a pandemia e tiveram o congelamento dos quinquênios, sexta parte. A Deputada Federal Luciene Cavalcante pode até falar sobre isso, pois foi o primeiro projeto que ela fez quando chegou ao Congresso Nacional: o PLP 21/2023, que descongela todo esse tempo do quinquênio, sexta parte, que os trabalhadores servidores públicos têm o direito, pois estiveram à frente na defesa da educação, na linha de frente do combate ao Covid, e tiraram esse tempo de trabalho

deles. Mas, com o projeto da Deputada Luciene Cavalcante, haverá a restituição desse tempo contado, que já está tramitando no Congresso Nacional.

Próxima inscrita é a Sra. Elaine Lino, EMEF Profª Maria Alice Borges Ghion.

A SRA. ELAINE LINO – Boa noite.

O que eu tinha que falar já foi falado, mas eu quero agradecer aos professores do Leão Machado, que atendem muito bem todos os alunos; e, como eu escutei falar que há escola sem material, na nossa escola até que está razoável. No Leão Machado, a gente entra a qualquer hora que chegar, não importa se é na primeira série, na segunda, basta ter a vontade de estudar e chegar lá. Todos entram, não existe esse problema.

Também quero defender o não fechamento da EJA, porque há muito aluno estudando, como o Thiago, que passa o dia trabalhando; a Neide, a Rose, toda essa turma mais nova que está trabalhando e estudando por um futuro melhor, porque eles querem ter uma profissão melhor.

Todo mundo já falou o que eu tinha que falar, então é isso aí. Parabéns aos professores do Leão Machado.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito bem, Maria. Boa fala.

Quero chamar o aluno da EMEF Leão Machado, Pedro Lisboa, representando o Grêmio Estudantil da EMEF Professor Leão Machado.

O SR. PEDRO LISBOA – Boa noite.

Meu nome é Pedro Lisboa, eu tenho 14 anos e sou aluno do Fundamental II do Leão Machado; Presidente do Grêmio Dandara Força e Juventude da EMEF Professor Leão Machado também. Peço uma salva de palmas dos membros do Grêmio a todos os presentes, porque é um bom momento para isso.

Eu pedi essa prova para nós, pois estamos sempre na luta pela EJA: estamos sempre incluindo a EJA nas atividades das nossas escolas, pois acreditamos que a educação é a chave para uma sociedade mais justa. E a EJA, em que a maioria dos alunos são pais, avós, tios, etc.,

claro que contribui para passar esse conhecimento para todos os seus sobrinhos, filhos, netos, etc. Por isso, é importante que a EJA continue presente nas nossas escolas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado, Pedro.

Tem a palavra o Sr. Olívio César Gonçalves.

O SR. OLÍVIO CÉSAR GONÇALVES – Boa noite a todos, a todas e todes.

São questionamentos e reflexões: A quem interessa o fechamento da EJA? Quem quer impedir o avanço do povo, do proletário? Quem quer que as pessoas continuem com seus salários muito abaixo do que se deve, com a grande exploração? Por que não existe uma adaptação para que essas pessoas cheguem à escola?

O meu protesto vem através da ideia de uma revolução dentro da escola, dentro de projetos; e não somente escolas, mas lazer, cultura e vários benefícios que não chegam à população. Essa é a grande questão. A quem interessa o fechamento da EJA?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sr. Olívio.

Tem a palavra o Sr. Thiago de Oliveira Santos, representante da Secretaria Municipal de Educação, para fazer uma fala final de tudo o que foi passado, ouvido e falado.

O SR. THIAGO DE OLIVEIRA SANTOS – Agradeço novamente a participação de todos.

Com muita atenção, eu ouvi as reivindicações, que foram pertinentes, inclusive. Só fazendo uma pequena correção, Vereador: já estão autorizados os cartazes nos terminais e existem, sim, algumas negociações em andamento sobre a questão publicitária tanto nos boletins, quanto nos rádios e TVs, então já está avançada.

Outra situação importante que eu gostaria de mencionar é sobre o incentivo a partir do projeto POT – Programa de Operação Trabalho. A Secretaria tem incentivado essa participação na formação das turmas, através desses trabalhadores que tanto têm nos apoiado no dia a dia das escolas e nos projetos também. Então, tenho certeza de que todas essas

questões levantadas serão transmitidas dentro das coordenadorias, onde conversaremos com todos os coordenadores envolvidos.

Eu gostaria de agradecer também à diretora Adriana, que cuida diretamente da Divisão de Educação de Jovens e Adultos da SME, com a qual conversamos bastante hoje e estamos confiantes de que, num projeto coletivo, por meio da participação de todos, nós iremos conseguir alcançar as nossas metas, os nossos objetivos.

Agradeço novamente o convite, Vereador. (Palmas)

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Obrigada.

Nós vamos encaminhar a nossa audiência pública nos nossos mandatos. Nós vamos formalizar os questionamentos que foram trazidos a essa tribuna, para que a SME possa responder de forma formal. Vamos levar também a proposta para o Governo Municipal daqui e também para o Governo Federal, para que possamos criar esse fórum, porque – diante de um problema tão grave como esse que vivemos, relacionado ao direito, que é subjetivo – precisamos unir esforços. E acabou de haver uma iniciativa muito importante no Governo Federal, por conta do piso nacional do magistério.

A gente fez uma audiência como essa lá na Câmara. Trouxemos a todos a problemática e o que o Governo Federal fez? Como é uma responsabilidade compartilhada entre o Governo Federal e os Estados e municípios, a questão da verba do Fundeb – que é de onde sai o dinheiro, o pagamento dos servidores – eles formalizaram agora um fórum – que é composto por integrantes do Governo e integrantes da sociedade civil e dos movimentos em defesa dos trabalhadores, dos representantes das Secretarias e dos Governos municipais e estaduais – para fazer essa mediação e esse esforço concentrado no direcionamento de cumprir a política pública e a legislação. Então, isso a gente conseguiu agora, com relação ao piso nacional do magistério.

E como foi sugerido também pela diretora e por outras pessoas que passaram pela tribuna, deveria haver esse fórum também. Então, nós vamos levar essa sugestão, para que a gente crie algo institucionalizado, por meio de portaria e que garanta a participação das pessoas,

para que a gente enfrente, com coragem, essa demanda, que é uma demanda da nossa cidade por educação de jovens e adultos.

Vamos também ver com o Tribunal de Contas, a questão da garantia do acesso de pessoas imigrantes aos programas. A gente recebeu essas denúncias e há condições de fazerem as auditorias e trazerem esses dados para a gente. E vamos também cobrar, para que a SME faça a entrega do material didático, que já era para ter chegado às escolas. E por que ainda não se chegou esse material, que é fundamental para esse processo de ensino-aprendizagem?

E, também, com o Ministério Público e com a Defensoria, pretende-se criar condições para que as turmas do EJA não sejam mais fechadas e que não haja a barreira física dessa política, que, na nossa avaliação, é excludente e equivocada, ao existirem escolas polos para atendimento do EJA regular.

— Não é possível que em uma cidade – com a complexidade de São Paulo, com desafios e com o número de habitantes que há – que a gente se apequene dessa maneira, para se garantir o mínimo, ofertar EJA regular. Aqui foi falado das três modalidades do nosso EJA, o EJA, por meio da CIEJA. É um formato. O MOVA é outro formato e o EJA regular também é outro formato. E as três modalidades estão sendo atacadas, com problemas. Então, a gente não pode aceitar. Isso precisa ser revisto.

Quando a gente fala do EJA e das políticas pública, a gente está falando de um projeto de cidade. E nós vamos estar em eleições no ano que vem, tanto nesta Casa, quanto no Governo Municipal. E a gente precisa que o Governo assuma, de vez, uma postura. Ou ele é a favor do EJA ou é contra o EJA. Não dá para ficar no meio termo, um lusco-fusco, na sombra, onde a gente sabe o que acontece na sombra. Na sombra, é onde os nossos direitos são roubados.

Então, o Governo precisa decidir se quer uma cidade que garanta, de vez, a educação de jovens, adultos e idosos e apresente políticas concretas para isso; ou nós, que defendemos o EJA, vamos fazer uma campanha assim, contra esse Governo, que é contra o

povo, e a gente está do lado do povo.

Então, a gente precisa cobrar políticas muito sérias em defesa da Educação de Jovens e Adultos. Não dá mais para esperar.

E com relação a essa instrução normativa, que ataca o MOVA, eu não sabia. Estou indignada, porque eu sei da dificuldade que é a manutenção dos Movas, que recebem um pouco mais de mil reais por mês. Essa é a verba do MOVA; e funcionam de uma forma extremamente militante.

E volto a dizer – com essa grave crise social, econômica e a pandemia – como a gente pensa numa cidade que está fechando turmas, seja do MOVA, seja do ensino regular ou precarizando o atendimento do CIEJA? Quando é para se fazer planejamento de turmas, usam modelos da escola regular, mas quando é para se garantir o mínimo de quadro administrativo, falam que o EJA é uma modalidade especial e, portanto, não precisa ter o mesmo número de funcionários. Isso tudo precisa acabar e nós vamos lutar firmemente em defesa do nosso povo, porque é a nossa gente que está aqui e vocês podem contar com a gente. Vamos em frente.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Tem a palavra o Sr. Carlos Giannazi, Deputado Estadual.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Rapidamente, eu sei que vocês vão embora agora. É uma viagem até chegar à casa. É assim que funciona com o EJA. Olha, rapidamente eu queria fazer um apelo à Secretaria Municipal de Educação, por meio do Sr. Thiago, seu representante, para que entre em contato com a Secretaria de Estado da Educação, para que haja o mapeamento das nossas escolas do EJA do Ensino Fundamental e para que a rede estadual abra as escolas de Ensino Médio, para que vocês possam prosseguir nos estudos, por meio dessa modalidade, do EJA.

Eu vou fazer isso, por meio da Assembleia Legislativa, pressionando a Seduc, a Secretaria Estadual. Ela tem que garantir o prosseguimento do estudo de vocês, por meio da garantia de escolas. Ela tem que abrir as turmas, porque, em várias regiões, há demanda. Então,

eu sei que o Vereador Celso Giannazi tem aqui o Conselho de EJA. Então, eu vou pegar todos os dados, os nomes das escolas de vocês, e vou encaminhar à Secretaria de Educação, exigindo que abram vagas no Ensino Médio nessa modalidade, para que vocês possam continuar estudando.

Parabéns, gente, pela mobilização. Parabéns, Vereador Celso Giannazi e parabéns, Deputada Federal Luciene Cavalcante, por vocês terem feito essa audiência pública e também ao Thiago, representante da Secretaria de Educação, e ao João, nosso Colega da Aprofem, um sindicato combativo, que defende os profissionais da educação na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado.

Gostaria também de agradecer a presença, de forma *on-line*, da Defensoria Pública, na pessoa do Sr. Gustavo. Gostaria também de agradecer a presença do Sr. Adriano Cremonesi, do Tribunal de Contas do município, representando o Presidente Eduardo Tuma. Agradeço principalmente os alunos, as alunas e os professores e professoras que estiveram aqui, os profissionais da Educação nessa noite muito importante e inédita na Câmara Municipal, nessa audiência pública conjunta entre Câmara Municipal, Comissão de Educação da Câmara Municipal de São Paulo e Comissão de Educação da Câmara Federal.

Então, foram muito importantes todos esses relatos, que serão passados adiante. Nós vamos cobrar as providências e seguimos na luta em defesa da educação.

Então, não havendo mais Vereadores inscritos e nada mais a ser discutido, declaro realizada essa audiência pública, agradecendo também a todas as Assessorias dos três mandatos aqui, Assessoria da Comissão de Educação da Câmara Municipal e as pessoas que nos acompanharam de forma *on-line*, uma aula *on-line* também dentro da escola pública, que foi muito importante e inédita nessa audiência pública.

Eu agradeço a todos e dou por encerrada essa audiência pública. (Palmas)